



Índice

- 01** Índios fecham ferrovia e viagens de trem do ES ficam paralisadas
- 02** Índios invadem fazenda e atacam produtores em Caarapó
- 03** Contra a derrubada de árvores, grupo Kaiowá retoma área de território tradicional
- 04** Fazendeiro liga para Kaiowá e marca horário para segundo ataque à comunidade em menos de 24 horas; jovem indígena segue desaparecida
- 05** Ataque de índios Morubo aos índios Matís deixam dois mortos
- 06** “Pra quê projetos que destroem a vida?”, questiona Henrique Suruí
- 07** Indígenas ocupam linha férrea e impedem viagens do trem da Vale
- 08** Em audiência com relatora da ONU em Lima, Povo Munduruku responde ao governo federal: “Lutaremos até a última gota de sangue”
- 09** Depois de ataque previamente anunciado ocorrer, Polícia Federal chega à comunidade Kaiowá e Guarani
- 10** Ministério Público no Pará acompanha tensão entre colonos e índios Tembé no nordeste do Estado
- 11** Adiada votação de projeto para demarcação de terras indígenas
- 12** Carta do XIV Encontro Nacional da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal
- 13** Indígena é baleada em ataque e lideranças estão com medo, afirma Cimi



- 14 Indígenas protestam após justiça declarar tribo inexistente em Santarém
- 15 Figueiró reclama novamente de descaso sobre questão indígena em MS
- 16 Mais da metade da população quilombola convive com a fome no Brasil
- 17 SAÚDE INDÍGENA: Cerca de 660 mil pessoas recebem atendimento básico de saúde nas aldeias brasileiras
- 18 Estudo Censitário das Comunidades quilombolas da Paraíba
- 19 Curso para formação de professores indígenas abre 80 vagas
- 20 Índios cercam homem em trator e roubam 100 litros de diesel em Dourados
- 21 ÍNDIOS TAMBÉM DEVEM SER PRESOS EM OPERAÇÃO DA PF EM RONDÔNIA
- 22 UNIRON forma o primeiro indígena advogado de Rondônia
- 23 PEC 215: Câmara noticia reunião como adiada; ruralistas remarcam para as 16hs; no protesto, ela fica para o dia 16
- 24 Encontro reúne diferentes etnias indígenas no sudeste do Pará
- 25 MESCLADO - Polícia Federal combate extração ilegal de madeiras em terras indígenas
- 26 Veículo fura bloqueio indígena em Bom Jardim
- 27 Política Indigenista ruralista
- 28 Carta do III Encontro de Pajés
- 29 No AM, líderes indígenas são mortos em confronto com índios isolados



Índios fecham ferrovia e viagens de trem do ES ficam paralisadas

SÍTIO GLOBO.COM, 09.12.2014

*Krenaks fecharam trecho da Vitória a Minas em Resplendor.
Passageiros podem remarcar passagens ou solicitar reembolso.*

As viagens feitas de trem, que saem do Espírito Santo pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), estão paralisadas por tempo indeterminado para operações de carga e de passageiros, desde o fim da tarde desta terça-feira (9). Segundo a empresa Vale, que administra a ferrovia, representantes do povo indígena Krenak ocuparam um trecho da estrada, em Resplendor, Minas Gerais. Com isso, as pessoas que já haviam comprado bilhetes poderão se dirigir às estações ao longo do trecho para remarcar a passagem ou solicitar reembolso no prazo de 30 dias. A Vale informou ainda que tem mantido contato com os índios para que o local seja liberado, mas que em uma das tentativas, um funcionário foi mantido refém.

A mesma tribo já havia fechado a EFVM no último sábado (6), durante a tarde. A manifestação afetou a operação ferroviária e paralisou, inclusive, a circulação do trem de passageiros que fazia o percurso entre Belo Horizonte e Cariacica, na Grande Vitória. A situação foi normalizada e os trens voltaram a circular no domingo (7).

Mas os Krenak voltaram a ocupar a ferrovia por volta das 17h desta terça. O motivo da manifestação, segundo a liderança indígena da aldeia, é que a mineradora não tem cumprido acordos firmados entre as partes, em 2006, quando também ocorreu um protesto.

A Vale informou que representantes da empresa se reuniram com os indígenas na Terra Indígena Krenak, nesta segunda-feira (8), não havendo consenso entre as duas partes. Nesta terça, a Vale encaminhou novamente representante ao local, mas ao chegar, ele foi impedido de sair e obrigado a seguir junto com a comunidade para a ferrovia, local da ocupação.

Apesar de ter sido bloqueada por membros da tribo, a Estrada de Ferro Vitória a Minas está fora da área de abrangência da Terra Indígena Krenak.

Reivindicações

Segundo a mineradora, as reivindicações dos indígenas envolvem repasse financeiro no valor de R\$ 3 milhões ainda este ano; a saída da equipe técnica que apoia a implementação do projeto de pecuária leiteira; e a não participação da Funai e do Ministério Público Federal nesse processo.

Para a Vale, o acordo em questão é uma liberalidade, mas durante várias reuniões com a empresa, com o Ministério Público Federal e com a Funai, os indígenas se mostraram inflexíveis diante das propostas apresentadas.

CONT.



Trem de passageiros

A Vale informou que os passageiros que já haviam adquirido seus bilhetes poderão se dirigir às estações ao longo do trecho para remarcar a passagem ou solicitar reembolso no prazo de 30 dias.

Mais informações podem ser obtidas pelo Alô Ferrovias (0800 285 7000), canal de atendimento gratuito mantido pela empresa. A mineradora informou que lamenta o ocorrido e que já está tomando as medidas necessárias para liberar o tráfego ferroviário o quanto antes e garantir o embarque dos passageiros que estão com viagens agendadas para os próximos dias.



Índios invadem fazenda e atacam produtores em Caarapó SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 09.12.2014

Propriedade foi invadida no último domingo (07).

Equipes da Força Nacional estão em Caarapó (MS) aguardando uma liminar para entrarem em uma propriedade rural invadida por cerca de 50 indígenas na manhã do último domingo (7).

A etnia da tribo ainda é desconhecida e suspeita-se que os índios tenham vindo de outra área desocupada na vizinha Dourados e se instalaram próximo à fazenda Nossa Senhora Aparecida, no local conhecido como "Toca do Jacaré", que é chamado pelos indígenas de "Tey Juçu" (aquilo que sempre foi) e que, segundo eles, pertencem à totalidade da Tekoha Guaçu (grande território) que se estende para além da aldeia de Tey Kue.

Conforme o CaarapoNews, o proprietário da fazenda, Ademir Bachi, planta soja no local e foi alvo de uma emboscada na tarde de domingo, juntamente com o vizinho e também produtor Olavo Caneppele e sua família. Ontem, segunda-feira (8), um grupo de produtores rurais foram até o local para ver como estava a situação e acabaram sendo recebidos a tiros pelos indígenas, sendo que um dos disparos teria acertado de raspão uma caminhonete.

Com a chegada de mais produtores os indígenas recuaram e retornaram para o acampamento instalado na propriedade invadida. O grupo permanece armado com espingardas, revolveres, lanças, flechas, facões e prometem resistir.

Os Kaiowá reiteraram que não deixarão o local. Desta forma decidiram esperar pela finalização dos estudos sobre o território na propriedade ao qual julgam ser deles por direito. A chegada de mais de 600 indígenas oriundos historicamente deste território é esperada pelo grupo Kaiowá, nos próximos dias.

De acordo com o produtor Olavo Caneppele, desde a emboscada que sofreu no final de semana com sua família, ele tem procurado auxílio das forças policiais para que o conflito seja resolvido de maneira pacífica, mas não tem obtido êxito até o momento.

"Fiquei o dia todo na polícia e a Força Nacional nos diz que só podem ir até o local com ordem de Brasília, eles estão pouco se lixando conosco", desabafou.

Caneppele também relatou que os produtores tem um bom relacionamento com os indígenas da Te'Yikuê e que os índios que teriam invadido a propriedade são de outra localidade. "Esses que estão aí são jagunços, pois vivem com revolveres nas mãos, com flechas, com lanças e estão em rodovia pública atacando pessoas que passam pelo local", disse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

CIMI

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) divulgou nota dizendo que o que aconteceu foi uma tentativa de atropelamento de um indígena numa motocicleta por uma caminhonete Hilux, o que supostamente teria gerado um clima de indignação e revolta no local. "Por sorte o indígena conseguiu pular da motocicleta e passa bem", relata o órgão, apesar de o vídeo filmado pela família de um dos produtores não mostrar tal acontecimento.

Ainda segundo relato do Cimi, o grupo que teria atacado os produtores são de Kaiowá, composto por aproximadamente 300 pessoas, mais de 100 famílias, que, segundo eles, retomou na madrugada de domingo, dia 7, mais uma pequena parte deste território, ao qual consideram indígena, no Mato Grosso do Sul.



Contra a derrubada de árvores, grupo Kaiowá retoma área de território tradicional
SÍTIO CEDEFES, 09.12.2014

Contra a derrubada de árvores, grupo Kaiowá retoma área de território tradicional no MS

Cansados da exploração da terra tradicional reivindicada, o tekoha Tey Juçu, pela usina sucroalcooleira Nova América, um grupo Kaiowá composto por aproximadamente 300 pessoas, mais de 100 famílias, retomou na madrugada de domingo, dia 7, mais uma pequena parte deste território indígena no Mato Grosso do Sul. A derrubada gradativa do que restou de mata no local foi o estopim que levou os Kaiowá a tomar a decisão de retomar a área. Até então estes Kaiowá se encontravam na aldeia Tey Kue, localizada junto ao município de Caarapó.

A paralisação das demarcações é sem dúvida um jogo lucrativo para as empresas que há décadas exploram de forma exaustiva os territórios indígenas. No Mato Grosso do Sul, enquanto os procedimentos demarcatórios seguem parados ou sendo eternamente analisados, os poucos recursos naturais que sobreviveram há anos de esbulho vão sumindo no horizonte. Pouco a pouco, a céu aberto e sem nenhuma vergonha, o mato e os vales sagrados dos territórios ancestralmente ocupados pelos povos originários vão se transformando em monótonos e danosos campos de monocultura e de devastação. Este cenário é comumente atrelado ao país que produz e se desenvolve, enquanto as áreas que sobraram de mata, no geral ocupadas pelos indígenas, são retratadas como símbolos do atraso.

Os indígenas há muito vêm denunciando que a usina Nova América, apesar de estar fora do território indígena, utilizava a área em estudo para estender sua plantação de cana de açúcar. Por isso, de maneira desleal, derruba as árvores e os recursos naturais lá existentes. Com nome "Tey Juçu" (aquilo que sempre foi), a área pertence à totalidade da Tekoha Guaçu (grande território) que se estende para além da aldeia de Tey Kue e historicamente foi e ainda é habitado por diversos grupos Guarani e Kaiowá. Hoje os fazendeiros a chamam de "fazenda toca do jacaré".

A presença da usina nesta área é considerada uma afronta pelos indígenas que até então esperavam pacificamente pela continuidade dos procedimentos de demarcação. Os Kaiowá denunciam que o relatório já foi finalizado pelo antropólogo responsável e se encontra em fase de finalização na Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (Cegid), da FUNAI. Porém, os estudos se encontram paralisados exclusivamente por decisão política do governo federal.

Os indígenas decidiram ocupar o território durante a madrugada, evitando assim qualquer possibilidade de conflito. Porém, alegações dos fazendeiros locais de que "os paraguaios estariam chegando para limpar a bagunça" e uma tentativa de atropelamento de um indígena numa motocicleta por uma caminhonete Hilux gerou um clima de indignação e revolta no local. Por sorte o indígena conseguiu pular da motocicleta e passa bem.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

Os Kaiowá reiteram que não deixarão o local e que não assistirão de braços cruzados sua terra ancestral ser usurpada pela usina. Desta forma decidiram esperar pela finalização dos estudos sobre o território de Tey Juçu. A chegada de mais de 600 indígenas oriundos historicamente deste território é esperada pelo grupo Kaiowá, nos próximos dias. O grupo pede que seja providenciada a imediata proteção da comunidade por parte dos órgãos responsáveis; fazendeiros e capangas seguem fazendo ameaças.

Fonte: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

Fazendeiro liga para Kaiowá e marca horário para segundo ataque à comunidade em menos de 24 horas; jovem indígena segue desaparecida
SÍTIO CIMI, 09.12.2014



Menos de 24 horas depois de um grupo armado atacar a área de retomada do Tekoha – lugar onde se é - Tey’Juçu, município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, liderança dos Kaiowá e Guarani da comunidade afirma ter recebido uma ligação do proprietário da Fazenda Burana, que incide sobre a terra indígena, onde o sujeito marcou para esta terça-feira, 9, entre 14 e 15 horas, novo ataque contra os indígenas. “Ofereceu dinheiro para sairmos e quando eu disse que não aceitaria ele anunciou o ataque”, diz Edson Chamorro Guarani

Kaiowá. A agressão com hora marcada poderá acontecer na sequência do desaparecimento de uma jovem indígena, durante o primeiro ataque ocorrido ontem.

Na tarde desta segunda-feira, 8, por volta das 16h30, o grupo armado chegou à retomada descendo de dezenas de caminhonetes, que cercaram os barracos improvisados. Conforme os relatos de indígenas vítimas da investida, capangas passaram a atirar contra a comunidade. Enquanto descarregavam suas armas, explica os Kaiowá e Guarani ouvidos pelo Cimi, os motoristas davam cavalos de pau para levantar poeira com o objetivo de desorientar os indígenas. Nessa hora, afirmam os indígenas entrevistados, a jovem Julia Venezuela Almeida Guarani Kaiowá, de 17 anos, caiu depois de ser baleada. O ataque lembra o episódio que culminou com o assassinato do cacique Nísio Gomes Guarani Kaiowá (na foto, à esquerda), em 18 de novembro de 2011. Depois de assassinado, um consórcio envolvendo fazendeiros, advogados e uma empresa de segurança deram fim ao corpo do indígena depois de levá-lo numa caçamba de caminhonete.

“Eram todos hilux, carro de luxo, de fazendeiro. Chegaram e já foram atirando”, afirma Otoniel Guarani Kaiowá. A liderança estava na estrada quando viu a aproximação dos veículos – mais ou menos 40, na contagem dos indígenas. “No meio da poeira eu vi o corpo da guria ser arrastado e jogado na caçamba de uma das caminhonetes, que partiu em alta velocidade. Desde então ela está desaparecida e acho que morta”, explica Chamorro. O indígena é enfático ao dizer que não aceita nenhuma quantia para sair de Tey’Juçu. Do local os Kaiowá e Guarani foram expulsos há algumas décadas atrás. O avô de Julia, inclusive, foi assassinado em Tey’Juçu há 55 anos, período em começaram a ser expulsos do tekoha. Se chamava Vento Almeida.

CONT.



"A sepultura dele ainda tá nesta terra", afirma Leonardo de Souza Kunumi Jeroñtva, 2º cacique do Tekoha Tey'Yikue, que ao lado de Tey'Juçu compõe o território tradicional em processo de demarcação pela Funai. Naquelas terras o latifúndio é de soja. "A menina estava no campo de soja quando eles chegaram atirando. Eles deram vários tiros de revólver e levantaram muita poeira com as caminhonetes. Os parentes correram. Depois, viram quando a menina foi arrastada e colocada na caminhonete", enfatiza os fatos Jeroñtya. A comunidade, inclusive, sabe quem atirou em Julia. "Disseram que ele fugiu da cidade. Foi a informação que conseguimos. Quero saber das autoridades agora", denuncia.

De acordo com ele, esta tragédia e as outras, como a morte e o desaparecimento de Nísio Gomes e do professor Rolindo Vera, acontecem porque o governo não defende os indígenas, nem os direitos que eles têm. "Estamos só por nós mesmos. Por isso que os fazendeiros fazem o que querem. Por isso que aconteceu este problema. Fico muito emocionado porque eles querem ver morrer todo indígena para poder pegar todas as terras das nossas aldeias", desabafa Kunumi, abalado. O cacique do tekoha de Kunumi, Lourival Kaiowá, garante que agora é mais fácil todos os Kaiowá e Guaraní saírem mortos da terra do que correndo dos fazendeiros e seus capangas. "Não nos vingamos, mesmo depois de nos terem matado tanto. O que a gente quer é a terra que os pais e avós viveram e morreram. Querem nosso sangue, mas não queremos o sangue de ninguém. Apenas nossa terra, onde o pó dos antepassados está misturado", salienta Lourival.

A paralisação das demarcações de terras indígenas em todo o país tem tido efeitos cada vez mais trágicos nos territórios. As mesas de diálogo impostas pelo Ministério da Justiça, em detrimento da aplicação das leis, tampouco funcionam. Desta vez, o ataque aconteceu no Tekoha Tey'Juçu, onde cerca de 300 indígenas retomaram uma parte da sua terra tradicional, no último domingo, 7, motivados pelo desmatamento realizado pela usina sucroalcooleira Nova América. O próximo tem data e hora marcada. Até quando?



Ataque de índios Morubo aos índios Matís deixam dois mortos

SÍTIO CEDEFES, 09.12.2014

Ataque de índios Morubo aos índios Matís deixam dois mortos na Amazônia

A União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), no Amazonas, informou nesta segunda-feira (08) que duas lideranças indígenas da etnia matís foram mortas a bordunadas por quatro índios isolados do povo korubo na aldeia Todowak, no rio Coari, em 05 de dezembro, na Terra Indígena Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas, fronteira com o Peru.

Em entrevista à agência Amazônia Real, o indígena da etnia marubo e membro da Univaja, Manoel Chorimpa, disse que as lideranças mortas, Ivan e Damã, estavam na roça quando foram atacadas pelos korubo com bordunas.

A Funai (Fundação Nacional do Índio), em Brasília, confirmou as mortes dos matís. O Coordenador Geral de Índios Isolados e Recém Contatados, Carlos Travassos, classificou o ataque como uma quebra de protocolo entre as duas etnias da Amazônia. "Na memória dos matís sempre ocorreu uma situação oposta, os matís que atacavam os korubo. Os matís sempre roubaram as mulheres dos korubo, mas isso (mortes) nunca ocorreu", disse.

Segundo Carlos Travassos, os dois matís mortos, Ivan e Damã, eram lideranças respeitadas. "Ivan participou de contatos com os índios korubo por vários anos", afirmou coordenador.

Em nota enviada à agência Amazônia Real, a Univaja afirma que após o ataque dos korubo, 30 guerreiros matís partiram para selva para revidar as mortes, numa ação classificada pela organização como um confronto inter étnico motivado por "grande revolta" e resultado do descaso da ação indigenista da Funai na região do Vale do Javari.

A Funai negou a ocorrência de revide dos matís contra os korubo. Segundo Carlos Travassos, os matís estão reunidos por conta do luto das lideranças. "Não há informações sobre revide ao ataque", disse o coordenador.

Possíveis motivos do ataque

Segundo a nota da Univaja, a motivação do ataque aos matís seria a remoção de um subgrupo de índios korubo recém contatados. "Os índios do Subgrupo foram trazidos para o período de quarentena na Base de Vigilância da Frente Etnoambiental da Funai na confluência dos rios Itaquai e Ituí. Depois foram levados para aldeia dos korubo de recente contato ao invés de ser devolvido ao local, onde estava o restante do seu grupo", diz trecho da nota.

A Univaja afirma na nota que a situação de possível conflito entre as etnias foi alertada através de notas e ofícios à Funai. "Tem indígenas isolados chegando em quase todas as comunidades

CONT.



dos que já são contatados e que precisava uma ação de vigilância permanentes com estrutura adequada sobre índios isolados da tutela da Funai, bem como precisava melhor proteção do próprio território, com condições financeiros e um quadro de pessoal, para operacionalização de atividades, do abandono de postos de vigilâncias”, afirmou a organização indígena.

A Funai disse que está investigando o motivo do ataque dos korubo aos matís. O coordenador Carlos Travassos afirmou que o ataque não tem relação com o subgrupo korubo recém contatado. “A Funai possui informações suficientes para concluir que a situação (o ataque) não têm relação com esse Subgrupo recém contatado. A criação da aldeia Todoak (dos matís), em 2011, aproximou as duas etnias, mas o motivo dos ataques está sendo investigado. Todo mundo sabe que conflito pode acontecer entre índios isolados e com quem está perto do território deles”, disse Tavares.

O último contato de índios korubo, segundo a Funai, aconteceu no dia 09 de setembro. Os korubo mantiveram diálogos com indígenas da etnia Kanamari da aldeia Massapê, que fica também na Terra Indígena Vale do Javari.

A Terra Indígena do Vale do Javari está localizada no município de Atalaia do Norte, distante a 1.136 quilômetros de Manaus. Na reserva vivem cinco povos contatados: marubo, kanamari, mayoruna, matís e kulina. Há também pelo menos 16 referências de índios isolados ou de pouco contato, segundo a Funai. A estimativa populacional indígena no Vale do Javari é de cinco mil pessoas.

Conflito entre etnias

Em entrevista à agência Amazônia Real, o indígena da etnia marubo, Manoel Chorimpa, atribuiu o ataque dos korubo à suspeita destes de que os matís teriam sido os responsáveis por remover o subgrupo que havia sido contatado pela Funai. Para os korubo, este grupo continua “desaparecido”.

Segundo Chorimpa, o subgrupo composto por seis pessoas, entre elas três crianças, apareceu no rio Itaquai, próximo à aldeia Massapê, onde vivem os índios da etnia kanamari, e foi mantido em quarentena pela Frente Etnoambiental da Funai que atua no Vale do Javari.

Ele disse que, em seguida, o subgrupo foi levado pela Funai para a aldeia korubo na área do rio Ituí, onde vivem indígenas conhecidos como “grupo da Maiá”, contatado em 1996 pelo órgão indigenista. Este pequeno grupo korubo, que deixou de ser isolado, é composto por 17 pessoas. Maiá é a principal liderança do grupo.

“O problema é que a Funai, ao invés de devolver os índios para o grupo deles decidiu mantê-lo na sua base etnoambiental e depois levá-lo para a aldeia da Maiá. A Funai fez isso para evitar transtorno com os kanamari, mas acabou causando conflito com os matís”, disse Chorimpa, que está acompanhando os acontecimentos por meio de comunicação via radiofonia tanto com os kanamari quanto com os matís. Naquela área não pega sinal de celular.

A preocupação agora é com um conflito iminente. Indígenas matís, inclusive os que moram na cidade de Atalaia do Norte, seguiram para suas aldeias para se vingar da morte dos dois

CONT.



membros de sua etnia.

O coordenador da Funai em Atalaia do Norte, Bruno Pereira, junto com outros três servidores seguiram para a área dos matís no mesmo dia das mortes, segundo Chorimpa.

Ele afirmou que uma das medidas que já está sendo feita pela Coordenação Regional da Funai de Atalaia do Norte é transferência dos indígenas matís da aldeia Todowak para a aldeia Tawaya, no rio Branco, para evitar novos confrontos. Chorimpa disse que mantém contato com o coordenador regional da Funai, Bruno Pereira, por equipamento de radiofonia.

“Tentamos convencer o coordenador a não ir neste momento. Não sabemos o que pode acontecer com ele. Trinta 30 matís seguiram para a área onde ocorreram as mortes, mas soubemos que neste domingo (07) eles retornaram e decidiram não atacar os korubo por enquanto. Mas é só o que sabemos até agora”, disse Chorimpa.

Segundo Manoel Chorimpa, o território dos matís fica próximo à área onde vive o grupo de korubo. “Há quase três anos os matís decidiram voltar à sua área tradicional, nos rios Branco e Coari. Só que ela fica bem próximo da área dos korubo. Isso pode provocar algum conflito”, disse ele.

Manoel Chorimpa afirmou que há uma recente preocupação dos indígenas com o aumento da frequência dos contatos de alguns subgrupos de índios isolados no Vale do Javari. Mas ele não sabe dizer o motivo.

“Pelos depoimentos que conseguimos deste subgrupo que fez contato em setembro, ficamos sabendo que o problema é que vem aparecendo muitas doenças, muita gente morrendo de malária. Mas não sabemos ao certo. É preciso apurar”, disse.

Conforme o indígena marubo, o maior problema está na pouca estrutura financeira e de quadro de pessoal da Funai na área. “Houve o concurso, mas a maioria dos que passou já foi embora. A Funai quase não possui recursos humanos. É preciso ter mais gente pelo menos para preservar a integridade física dos indígenas. Se isto não acontecer, pode acontecer uma tragédia total”, afirmou.

A reportagem não conseguiu falar com lideranças matís. Segundo Chorimpa, todos os matís que estavam em Atalaia do Norte seguiram para suas aldeias.

“Muitos foram de balieira e pec-pec (pequenas embarcações de motor) ou de helicóptero da coordenação. Mas eles não quiseram ficar. Decidiram seguir pois não gostaram de saber da morte de dois parentes desta forma”, disse Chorimpa. A população de índios matís é pouco de 300 pessoas.

Em nota enviada à reportagem, a Funai disse que o grupo de korubo contatado em 9 de setembro não possui relação, “até onde se pode verificar, com o grupo denominado ‘korubos do Coari’, os prováveis envolvidos neste conflito”.

CONT.



Segundo a Funai, os coordenadores da Coordenação Regional do Vale do Javari, Bruno Pereira, e da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, Beto Vargas, se encontram desde domingo (7) na aldeia Todowak, prestando o apoio necessário à comunidade e aos parentes dos matís mortos.

Índios isolados

Em seu site na internet, a Funai afirma que são considerados "isolados" os grupos indígenas que não estabeleceram contato permanente com a população nacional, diferenciando-se dos povos indígenas que mantêm contato antigo e intenso com os não-índios.

É a Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados, por meio das Frentes de Proteção Etnoambiental, a responsável pela proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato. A coordenação garante também aos povos isolados o pleno exercício de sua liberdade e das suas atividades tradicionais sem a necessária obrigatoriedade de contatá-los.

Conforme a Funai, atualmente no Brasil existem cerca de 107 registros da presença de índios isolados em toda a Amazônia Legal. Esse ano dois grupos isolados fizeram contatos. Além dos korubo, no dia 29 de junho índios denominados "Povo do Rio Xinane" entraram em contato com indígenas Ashaninka da aldeia Simpatia, na fronteira do Acre com o Peru.

Fonte: Katia Brasil e Elaíze Farias - Amazônia Real



"Pra quê projetos que destroem a vida?", questiona Henrique Suruí
SÍTIO CIMI, 09.12.2014

Em setembro de 2013, fotos do povo Paiter-Suruí foram amplamente veiculadas na imprensa e nas redes sociais tanto no Brasil como no exterior. Tratava-se da divulgação do contrato que os indígenas assinaram com a maior empresa brasileira de cosméticos, a Natura, em que esta comprava as primeiras 120 toneladas de créditos de carbono "sequestrados" da Terra Indígena Sete de Setembro, no período de 2009 a 2012. A empresa foi a primeira do mundo a adquirir créditos de carbono indígena, emitidos por duas certificadoras internacionais.

Apesar de toda a euforia com que este contrato foi propagandeado, o cacique da aldeia Sete de Setembro, Henrique Iabaday Suruí, 50 anos, pai de nove filhos, um ano após a assinatura desse contrato, afirma que, atualmente, "100% da comunidade é contra este projeto". Segundo ele, os Suruí não entenderam muito bem do que se tratava o projeto e foram iludidos com falsas promessas de melhoria de vida. Nesta entrevista exclusiva ao Porantim, Henrique conta que desde 2007, quando teve início o "Plano de Gestão de 50 anos do Povo Paiter-Suruí", a vida da comunidade mudou radicalmente, sendo impedida de caçar, pescar, fazer roça e produzir artesanato. Sem autonomia em seu próprio território, houve muita divisão no povo Suruí, que "tá sem vida". Ele anuncia que a comunidade quer a supressão do projeto, centralizado em uma pessoa só, pra voltar a viver como antes e "Voltar a ser guerreiro".

Entrevista concedida à Patrícia Bonilha, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Porantim - Fale um pouco sobre a realidade do povo Paiter-Suruí hoje.

Henrique Suruí - Atualmente, somos cerca de 1.800 pessoas vivendo em 25 aldeias. Cada aldeia tem um cacique. A Terra Indígena Sete de Setembro foi homologada no final dos anos de 1970 e tem uma área de 248.000 hectares, que fica metade no estado de Rondônia e metade no Mato Grosso. Cerca de 30% do povo Suruí só fala a língua Tupi, sendo que muitos que entendem o português, falam muito mal esta língua.

Porantim - Em relação ao projeto de Carbono Florestal Suruí, quantas aldeias participaram desse projeto?

Henrique Suruí - Quando começaram a discussão sobre o projeto de carbono, em 2007, vinte aldeias começaram a participar, as outras cinco ficaram fora. Eu alertei muito algumas lideranças que o projeto não seria bom futuramente para o povo Suruí.

Porantim - Como foi o processo de construção do projeto? A comunidade participou? Houve uma ampla consulta?

Henrique Suruí - Quem começou o projeto não foram nem as ONGs [Organizações Não Governamentais], nem a Natura, que entrou agora, quando negociou recursos e comprou um pouco de sequestro. Quem trouxe o projeto para dentro foi o Almir Suruí, com o apoio da

CONT.



[organização] Kanindé. Tem outras organizações envolvidas, mas não lembro muito porque eu nunca participei das discussões porque sempre fui contrário. Quando começaram a discutir o projeto de carbono, ele dizia que nós termos projeto de carbono significa melhoria de qualidade de vida para o povo: "Suruí vai virar empresário, vai ter mercado, loja, posto de gasolina". Disseram que teria mercado dentro da terra indígena. Cada um teria dinheiro na conta, individualmente. E o povo Suruí quer melhoria de qualidade, e aceitaram a proposta. Eu dizia que projeto não era bom pro povo Suruí.

Porantim - Por que você dizia isso?

Henrique Suruí - Porque quando começaram, eu procurei muito saber como seria esse recurso passado para o povo Suruí. Diziam que seria doado e, um dia, descobri através de meus amigos e entidades de apoio que nós, um dia, ia perder a terra porque o recurso passado ia pagar o direito de viver em nossa terra e ia tirar o nosso direito. As organizações começaram a fazer reuniões com a comunidade e faziam muita promessa, ofereciam muita coisa e agradavam demais. Diziam que recursos seriam passados pra conta de cada um e que ia melhorar a vida de cada pessoa. Isso iludiu muito a vida do meu povo.

Porantim - Você acha que os indígenas conseguiram entender, de fato, o que significa participar de um projeto como esses?

Henrique Suruí - Primeiro, não entendiam não. O pensamento era mais focado no dinheiro. Não pensavam o que ia trazer futuramente e o que podia prejudicar o povo Suruí. A promessa era muito bonita. Até hoje a maioria do povo Suruí não entende ainda o que é isso, Redd [Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação]. Poucas lideranças entendem.

Porantim - E a comunidade foi consultada?

Henrique Suruí - Eles nunca perguntaram se querem participar, se o povo Suruí quer participar. Chegaram a dizer pro Suruí: "temos este projeto e vocês têm que aceitar este projeto". Nunca perguntou se era bom ou não pros Suruí. Diziam: "este projeto é bom e pode melhorar a vida dos Suruí". Falavam só isso.

Porantim - E quem assinou o projeto?

Henrique Suruí - Todas as seis associações da base assinaram. Elas foram criadas para receber os recursos do projeto.

Porantim - O que mudou, a partir da implantação do projeto?

Henrique Suruí - Depois do "Plano de Gestão de 50 anos do Povo Paiter-Suruí", empresas internacionais queriam comprar sequestro de carbono. Esse plano servia só pra dizer que os Suruí autorizaram comprar carbono na sua terra e que os interessados teriam mais facilidade. Esperavam a assinatura de um projeto, mas já impedia a vida tradicional do povo Suruí. Acabaram com as plantações culturais e com o artesanato tradicional, com a pesca, a caça, a liberdade na sua terra. Além disso, nós ficamos na mão da Polícia Federal, que nos ameaçava por qualquer coisa, por fazer derrubada ou caça na nossa terra... quem fizesse, seria condenado por isso. Acabou a liberdade do Suruí na nossa terra. A Polícia Federal agia por pressão dos responsáveis do projeto. Eles que pediam pra PF atuar, pra mostrar pro mundo que os Suruí poderiam cumprir um acordo.

CONT.



Porantim - Conte mais sobre como era a vida na comunidade antes dessas iniciativas de projeto de carbono.

Henrique Suruí - Nossa vida era festa tradicional. O povo tinha liberdade e saúde, era sem doença. Hoje, na vida presente, temos doenças, perdemos nossos velhos, temos depressão. Muitos velhos Suruí estão com depressão. Hoje, o povo Suruí não acredita no que aconteceu com eles. Ninguém sabe o que aconteceu com o dinheiro. Estão gastando dinheiro e comprando, com recursos do carbono, lideranças dos [povos] Arara, Zoró, Gavião e Tupari para convencê-los a também fazer projeto de carbono. Suruí, quando foi assinar contrato com Natura, pensou que este recurso tava chegando pra melhorar a vida do povo porque ficou muitos anos esperando este projeto. Ficou deprimido e sem autoridade pra fazer o que fazia antes. Houve uma divisão muito grande entre nós. Então, é muito difícil a nossa vida hoje. Nós não acreditamos em ninguém. O povo não acredita no que aconteceu com nós. Suruí tá assustado. Não tem pra quem falar o que aconteceu com Suruí. O povo tá sem vida. Queremos a supressão do projeto pra voltar a ter a vida que tínhamos antes. Voltar a ser guerreiro.

Porantim - O projeto levou algum benefício para a comunidade?

Henrique Suruí - Nada, nada, nada. Só prejudicou a vida Suruí. A vida acabou, não tem mais nada. Não tem projeto como tinha antes. Acabou. Antigamente tinha projeto da Funai, da associação nossa pra dentro da comunidade e, agora, não tem mais. Eles que comandam tudo e têm tudo na mão. Não tem conversa com ninguém. Brigam quando perguntam sobre o dinheiro. Todos que estavam ao lado dos responsáveis pelo projeto, saíram. Eles estão sozinhos.

Porantim - Na imprensa foi noticiado que o valor do contrato com a Natura é de R\$ 1,2 milhão. Você sabe se este valor está correto?

Henrique Suruí - É este o valor sim, mas ninguém sabe onde tá este dinheiro. E a comunidade não recebeu nenhum benefício.

Porantim - Como está a situação hoje? Quem concordava com o projeto, mudou de posição?

Henrique Suruí - Hoje 100% da comunidade é contra este projeto. Ninguém mais quer falar deste projeto nos Suruí. Tudo ficou centralizado em uma pessoa. A Natura só trata com uma pessoa. Nem Natura sabe o que tá acontecendo com o Suruí. Ninguém sabe. Não abrimos a boca ainda. Esta é a primeira vez que falamos sobre a realidade do povo Suruí, pra vocês.

Porantim - O que seriam as operações da Polícia Federal?

Henrique Suruí - A PF chega, entra na aldeia e checa se os índios estão cumprindo o projeto. Se não tiver, pode ser processado. Fiscaliza dentro da aldeia e a gente recebe muita ameaça dos policiais. Agora acalmou mais. Mas o projeto tá prejudicando o Suruí. Agora, o MPF [Ministério Público Federal] e a PF tão começando a entender que o projeto não é bom pro povo Suruí.

Porantim - Qual o propósito de fazer o diagnóstico socioeconômico e ecológico nas terras indígenas? Quem é responsável por ele?

Henrique Suruí -A ONG Kanindé e outras. Pra fazer outros projetos de Reed em outras terras indígenas, ampliar pro estado todo.

CONT.



Porantim - Outros povos estão se envolvendo com o mercado de carbono em Rondônia? Qual é a posição do governo?

Henrique Suruí -Estão preparando projetos também. O governo do estado está favorável. O Almir é apoiado pelo Estado.

Porantim - Diante do contexto que você descreve, o que o povo Suruí pretende fazer?

Henrique Suruí - Primeiro, nós nos reunimos no mês passado. Sabemos que este projeto dividiu o povo e quase acabou com a nossa vida. E entendemos que o povo é pra sempre e tem que vencer, apesar de toda esta situação. Depois, nunca mais pensar em carbono em nossa terra e, principalmente, nenhuma ONG fazer projeto em nome do povo Suruí. Vamos lutar pela nossa saúde, educação, nossa cultura. Vamos fazer. Acreditamos que apesar da situação difícil que vivemos hoje, vamos vencer. Pensar o futuro do povo Suruí. Lutar pelos nossos direitos. Este projeto de promessa que vem de fora não dá futuro pra gente. Vamos voltar a ser Suruí novamente. Hoje é muito difícil dizer que estamos unidos. O projeto trouxe uma divisão muito grande. Não é qualquer liderança que pode organizar o povo Suruí novamente e que pode dizer para voltar a ser Suruí. Povo Suruí desacreditou liderança com projeto enganoso que iludiu a gente. Tá difícil. Lideranças velhas não conseguem acreditar e ficam com depressão. E muitas pessoas que foram responsáveis, que acreditaram no projeto, não querem conversa com ninguém. Não acreditam em mais nada. Nem eu acredito ainda no que aconteceu.

Porantim - Hoje, como você definiria o mercado de carbono?

Henrique Suruí - Projeto de carbono pra nossa terra é pra tirar a vida do povo Suruí. Vai tirar a sua vida de felicidade, de direito de viver em cima da sua terra. Se você está feliz hoje e vê a destruição na sua vida, é difícil. É uma bomba pra vida de qualquer ser humano. O que tá acontecendo com a gente não é fácil. O que aconteceu com povo Suruí é uma história pro resto da vida e para o mundo... pra que nenhum indígena faça este tipo de projeto em sua terra, porque a terra dá a vida, a floresta dá a vida, pra nós plantar e colher. Faço votos que nenhum outro povo aceite um projeto desses. Pra que querer projetos que destroem a vida?



Indígenas ocupam linha férrea e impedem viagens do trem da Vale

SÍTIO O TEMPO, 09.12.2014

Passageiros que já adquiriram bilhetes podem se dirigir às estações ao longo do trecho para remarcar as passagens ou solicitar reembolso no prazo de 30 dias; No sábado (6), os Krenak ocuparam a estrada de ferro no mesmo trecho

Gustavo Lameira

As operações de carga e de passageiros estão paralisadas por tempo indeterminado na Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). De acordo com a Vale, por volta de 17h desta terça-feira (9), representantes do povo Indígena Krenak ocuparam um trecho da linha, em Resplendor, no Vale do Rio Doce.

Os passageiros que já haviam adquirido seus bilhetes poderão se dirigir às estações ao longo do trecho para remarcar sua passagem ou solicitar reembolso no prazo de 30 dias. Mais informações podem ser obtidas pelo Alô Ferrovias (0800 285 7000). A Vale lamenta o ocorrido e informa que já está tomando as medidas necessárias para liberar o tráfego ferroviário o quanto antes e garantir o embarque dos passageiros que estão com viagens agendadas para os próximos dias.

No último sábado (6), cerca de 25 representantes do povo indígena Krenak ocuparam a linha férrea no mesmo trecho.

Entenda

Representantes da empresa se reuniram nessa segunda (8) com os indígenas na Terra Indígena Krenak, sem chegar a um consenso. Nesta terça, a Vale encaminhou novamente representante à Terra Indígena Krenak, mas, ao comparecer ao local, este foi impedido de sair e foi obrigado a seguir junto com a comunidade para a ferrovia, local da ocupação.

Além do apoio já prestado pela Vale, as reivindicações dos indígenas envolvem também repasse financeiro no valor de R\$ 3 milhões ainda este ano; a saída da equipe técnica que apoia a implementação do projeto de pecuária leiteira; e a não participação da Funai e do Ministério Público Federal nesse processo.

Cabe destacar que o acordo em questão é uma liberalidade, mas, ainda assim, durante várias reuniões com a Vale, com o Ministério Público Federal e com a Funai, os indígenas se mostraram inflexíveis diante das propostas apresentadas. Ainda segundo a Vale, a Estrada de Ferro Vitória a Minas está fora da área de abrangência da Terra Indígena Krenak.

A Vale reitera seu compromisso em se relacionar com o Povo Krenak de modo transparente e participativo, mantendo uma relação construtiva, respeitando suas características próprias e a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

legislação vigente. A empresa ratifica sua intenção de manter o canal de comunicação aberto com as comunidades, mas que repudia quaisquer manifestações violentas que coloquem em risco seus empregados, passageiros, suas operações e que firam o Estado Democrático de Direito e ratifica que obstruir ferrovia é crime.

Em audiência com relatora da ONU em Lima, Povo Munduruku responde ao governo federal: "Lutaremos até a última gota de sangue"

SÍTIO JUSTIÇA GLOBAL, 02.12.2014



Josias Manhuary, líder guerreiro do mundurukus, respondeu ao ministro Gilberto Carvalho

Os Munduruku, do Rio Tapajós, estão em guerra. O inimigo é o governo federal, que pretende construir hidrelétricas e acabar com territórios tradicionais sem respeitar o direito desses povos. Nesta segunda (8), representantes mundurukus estiveram com Victoria Tauli-Corpuz, Relatora Especial da ONU para os direitos dos povos indígenas, em audiência durante a Cumbre de los Pueblos, evento paralelo a COP-20, em Lima, Peru.

Os indígenas responderam a uma declaração feita pelo ministro Gilberto Carvalho, em

entrevista dias depois da reeleição da presidenta Dilma Roussef. Na ocasião, Carvalho disse que o governo federal não vai abrir mão de construir hidrelétricas no rio Tapajós. Segundo ele, a Convenção 169 da OIT não é deliberativa e que deve ser feita para atender demandas, diminuir impactos, mas não pode impedir o projeto ([leia a entrevista aqui](#))

Josias Manhuary, líder guerreiro do mundurukus, respondeu ao ministro nesta segunda: "Os mundurukus também nunca vão abrir mão do nosso rio e deixar que esse projeto aconteça. Porque nós temos direitos, garantidos pela nossa constituição de 1988 e pela convenção 169 da OIT", disse em audiência oficial com Tauli-Corpuz. Ainda segundo Josias, o governo deve consultar cada uma das 128 aldeias, com seus 128 caciques mundurukus, antes de iniciar qualquer projeto na região.

Josias pediu ainda que as lideranças indígenas presentes na audiência levassem sua mensagem a seus povos, e conclamou a união dos povos indígenas contra as injustiças promovidas pelos governos em grandes projetos. "O nosso direito não tem preço. Lutaremos até a última gota de sangue. Nós não temos medo do governo, vamos lutar até o fim", finalizou.

A relatora da ONU se comprometeu a encaminhar as denúncias e pressionar o governo brasileiro a uma mudança de postura, que respeite os povos indígenas e não viole seus direitos.

[Entenda o conflito no rio Tapajós e a luta do povo Munduruku.](#)



Depois de ataque previamente anunciado ocorrer, Polícia Federal chega à comunidade Kaiowá e Guarani

SÍTIO CIMI, 09.12.2014

O Tekoha – lugar onde se é - Tey’Juçu, dos Kaiowá e Guarani, altura do município de Caarapó (MS), foi mais uma vez atacado na tarde desta terça-feira, 9, por homens armados em caminhonetes. A ofensiva, todavia, não apanhou a comunidade de surpresa. Pela manhã, um sujeito identificado pelos indígenas como proprietário da Fazenda Burana os informou por telefone que seriam atacados entre 14 e 15 horas. A ameaça teria sido a reação do latifundiário diante da negativa das lideranças Kaiowá e Guarani em aceitar uma quantia não especificada de dinheiro para que saíssem da área.

[Leia mais: Fazendeiro liga para Kaiowá e marca horário para segundo ataque à comunidade em menos de 24 horas; jovem indígena segue desaparecida](#)

Após o ataque, a Polícia Federal chegou ao Tey’Juçu. De acordo com os indígenas ouvidos pelo Cimi, o bando armado não atacou ninguém da comunidade, mas destruiu tudo o que viu pela frente. O acampamento Kaiowá e Guarani foi posto abaixo. Diferente do que ocorreu nesta segunda, 8, perto do final da tarde, quando grupo armado – os indícios apontam que seja o mesmo desta terça – invadiu o tekoha empoleirado em caminhonetes e a tiros tentou expulsar a comunidade do lugar.

Para ter acesso ao local onde se encontra a sede da fazenda é preciso passar por uma estradinha de terra que cruza com o acampamento eguido pelos Kaiowá e Guarani no tekoha – destruído pelos pistoleiros. Nesta posição estão os indígenas. A estratégia deles foi montar uma barreira na estrada. Cerca de 200 metros à frente deles, sob árvores frondosas, o bando ligado aos latifundiários fica se protegendo do sol, à espreita. Quem esteve por lá na tarde desta terça-feira, conforme apurou a reportagem, pode ver cerca de 35 caminhonetes paradas e os pistoleiros aninhados no sopé da árvore.

“Entramos na área por um outro caminho, desviando de Caarapó. De fato o clima está muito tenso. São perto de 35 caminhonetes e homens armados sob árvores. A Funai estava lá, portanto não pode dizer que nada estava acontecendo”, afirma fonte que não identificamos por razões de segurança. Ainda de acordo com a fonte, nas árvores dentro do círculo preto (fotos ao lado) estavam os capangas armados.

Inversão

Por intermédio de portais sul-mato-grossenses na internet, latifundiários plantadores de soja, e que se dizem proprietários de fazendas incidentes no território tradicional, se anteciparam na manhã desta terça, invertendo os fatos: os indígenas é que teriam atacado o grupo deles quando para lá se dirigiram para ver o que estava acontecendo. Um deles declarou ter sofrido

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

emboscada no último domingo, dia em que os Kaiowá e Guarani retomaram área do tekoha. Por fim, reclamaram que foram até a Força Nacional pedir apoio, mas os agentes afirmaram que só Brasília poderia autorizá-los a atuar.

“Um absurdo completo. Como pode uma comunidade pequena, com muitas mulheres e crianças, atacar um bando com mais de trinta caminhonetes, fortemente armado? Quando que nosso povo foi pego fazendo emboscada, indo pra matar fazendeiro? Quem é assassinado é a gente, quem passa fome é a gente, quem vive nas beiras das estradas é a gente, os filhos que morrem de fome são os nossos”, defende Otoniel Guarani Kaiowá.



Ministério Público no Pará acompanha tensão entre colonos e índios Tembé no nordeste do Estado

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 09.12.2014

Confronto chegou a ocorrer no último dia 1º, com cinco pessoas feridas a tiros. A desocupação da área indígena já foi determinada pela Justiça, mas o Incra precisa reassentar os agricultores

O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) acompanha de perto a tensão entre índios Tembé e colonos no nordeste do Pará, município de Garrafão do Norte, onde cinco pessoas ficaram feridas em um confronto no dia 1º de dezembro. O conflito é objeto de duas ações do MPF/PA na Justiça Federal que ordenam a retirada de todos os invasores (de boa-fé e de má-fé) da terra indígena. Mas até agora o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não cumpriu o dever de reassentar os agricultores.

A invasão da Terra Indígena Alto Rio Guamá por colonos e agricultores é um problema antigo, quase sempre ligado ao interesse de grandes fazendeiros e madeireiros. No caso da Vila Livramento, onde ocorreu o tiroteio dessa semana, os colonos foram atraídos pelo fazendeiro Mejer Kabacznic, que invadiu a área dos índios em 1976 e conseguiu abrir uma estrada, por onde outros invasores entraram. O fazendeiro já morreu, mas os herdeiros brigaram pela posse da terra contra o MPF/PA na Justiça até recentemente e perderam.

Duas sentenças da Justiça Federal em Paragominas obrigam a retirada de todos os invasores da região da fazenda de Mejer, também chamada Irmãos Coragem, incluindo os moradores da Vila Livramento. No dia 24 de novembro passado, para que a sentença fosse cumprida, o MPF/PA enviou recomendação ao Incra pedindo o reassentamento urgente dos colonos. Uma semana depois, o conflito estourou.

Além da ação judicial que pediu a desintrusão (retirada de invasores) da terra indígena, o MPF/PA, avisado do conflito no dia 1 de dezembro, também acionou a Polícia Federal e a Polícia Militar para se dirigirem ao local do conflito. São considerados invasores de boa-fé aqueles que são beneficiários da reforma agrária e deveriam ser assentados pelo poder público. De má-fé, grandes fazendeiros, grileiros e latifundiários que invadem terras públicas, áreas quilombolas e indígenas. Os primeiros têm direito a indenizações e reassentamento, enquanto os segundos, se for o caso, têm direito apenas à indenização por benfeitorias.

No próximo dia 12, uma reunião será realizada na sede da Polícia Federal em Belém, para tratar da retirada dos invasores, com a presença do MPF/PA, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Incra.

Histórico - A Terra Indígena Alto Rio Guamá, com pouco mais de 279 mil hectares, é uma das mais antigas da Amazônia e teve o território reconhecido em 1945 por Magalhães Barata,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

então governador do Pará. Em 1988, durante o processo de demarcação federal, o ministro da reforma agrária à época, Jader Barbalho, dividiu a terra dos Tembé, Timbira e Ka'apor em duas partes, criando vilas agrícolas no meio do território indígena e criando o terreno para as invasões em vários pontos.

Em 1993, a divisão feita por Barbalho é anulada e a TI Alto Rio Guamá tem a demarcação definitiva homologada pelo governo federal, em toda sua extensão. Mesmo assim, até 2014, as consequências dos erros governamentais provocam situações de conflito como a do último dia 1º de dezembro.



Adiada votação de projeto para demarcação de terras indígenas

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 09.12.2014

A comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 que submete ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de áreas indígenas cancelou novamente a votação do parecer do relator, deputado Osmar Serraglio (PDMB-PR) que deveria acontecer nesta terça-feira (9). A votação também já havia sido adiada na semana passada. A comissão ainda não marcou outra data para votar o parecer de Serraglio.

A presidente Dilma Rousseff também é contra o texto, apoiado pela bancada ruralista. A presidente Dilma Rousseff também é contra o texto, apoiado pela bancada ruralista.

Na última quinta-feira, 50 indígenas dos povos Apinajé, Krahô, Kanela do Tocantins, Xerente, Krahô Kanela e Karajá de Xambioá, todos do estado do Tocantins, fizeram um protesto na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, contra a PEC. A presidente Dilma Rousseff também é contra o texto, apoiado pela bancada ruralista.

Serraglio apresentou substitutivo à proposta no último dia 19, no qual prevê que a demarcação das terras indígenas seja feita por lei aprovada no Congresso Nacional, e não mais por meio de decreto do Poder Executivo.

O texto original inclui a demarcação de terras indígenas entre as atribuições exclusivas do Congresso. Já no substitutivo o relator determina que a demarcação seja feita por meio de lei de iniciativa privativa do presidente da República e não por decreto. Pela proposta, sancionada a lei, o Executivo deverá demarcar administrativamente a área, por meio da fixação de marcos limítrofes.

Hoje a Constituição estabelece que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

A proposta também altera isso, definindo que serão consideradas terras dos índios apenas aqueles que atendiam a esses requisitos simultaneamente em 5 de outubro de 1988.

Leia também: [Indígenas alertam sobre projetos que podem ser votado esta semana](#)

Da Redação em Brasília
Com Agência Câmara



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

Carta do XIV Encontro Nacional da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.12.2014



FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA/SC

Nós, Procuradoras e Procuradores da República abaixo assinados, reunidos no XIV Encontro Nacional da 6ª CCR, promovido nos dias 03, 04 e 05 de dezembro de 2014, em Florianópolis, Santa Catarina, com o objetivo de discutir e estabelecer uma atuação coordenada, sem descuidar das peculiaridades dos povos e das demandas de cada local, para o enfrentamento de problemas comuns no tocante aos direitos dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais

EXPRESSAMOS nossa preocupação com a aplicação das condicionantes criadas pelo Supremo Tribunal Federal para o caso Raposa Serra do Sol (Pet 3.388);

ENFATIZAMOS o caráter constitucional da posse de terras indígenas e de povos e comunidades tradicionais;

RESSALTAMOS que a compreensão da ocupação tradicional dessas terras não se deve limitar aos parâmetros da sociedade envolvente baseados em meios tradicionais de prova, como a documental;

CONSIDERAMOS imprescindível levar em conta a forma como as diversas etnias desenvolvem seus modos de vida, bem como a história que o grupo possui com o seu território, sobretudo as estratégias de sobrevivência física e cultural para permanecer vinculado a ele mesmo após a ocorrência de esbulho;

DESTACAMOS que, nos processos judiciais, deve-se buscar a adequada valoração das formas de organização, das tradições orais e da análise antropológica como meios de prova;

FRISAMOS que a trajetória de muitos grupos étnicos se deu à custa de esbulho, violências e desestruturação, fatores que devem ser considerados na análise de processos judiciais que examinam ocupações tradicionais de terras indígenas;

REPUDIAMOS a visão essencialista e estigmatizante dos modos de vida dos povos indígenas, como a adotada na sentença que declarou inexistente a Terra Indígena Maró, em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

Santarém/PA, negou validade jurídica ao autorreconhecimento e à prova antropológica realizada pela FUNAI, bem como estabeleceu a identidade da comunidade como ribeirinha e não indígena (processo nº 2010.39.02.000249-0 e processo nº 2091-80.2010.4.01.3902);

RECHAÇAMOS a indevida paralisação dos processos administrativos de regularização de terras indígenas e de terras de comunidades e povos quilombolas e tradicionais, levada a efeito pelo governo federal, e exortamos à sua retomada, conferindo-lhes razoável duração, especialmente nas áreas mais conflituosas;

ENTENDEMOS que a constituição de mesas de diálogo não justifica a paralisação de processos administrativos de regularização dessas terras;

CONSTATAMOS a necessidade de que a atuação de Procuradores da República na temática da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão seja pautada por um diálogo livre e permanente com os povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como pela interação com outras áreas do conhecimento, como a antropologia, devendo os cursos de ingresso e vitaliciamento observar as especificidades desta matéria;

REITERAMOS o compromisso de defesa da saúde indígena e entendemos que a criação do Instituto de Saúde Indígena (instituído sob a natureza de serviço social autônomo – ente do terceiro setor) não está de acordo com a Constituição Federal, uma vez que representa a privatização da prestação desse serviço público, violando o caráter complementar da participação de instituições privadas na saúde;

ENFATIZAMOS a importância da aproximação entre o Ministério Público Federal e os órgãos de controle social da saúde indígena, especialmente por meio do acompanhamento dos Planos Distritais de Saúde Indígena e da garantia do respeito às deliberações dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena;

REFORÇAMOS a necessidade de que a Administração Pública garanta liberdade plena na atuação dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena, bem como dos Conselhos Locais de Saúde Indígena, com disponibilização adequada de recursos para o exercício de suas atribuições.

ALMIR TEUBL SANCHES
ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES
BRUNA PFAFFENZELLER
CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ
CARMEM ELISA HESSEL
CAROLINA AUGUSTA DA ROCHA ROSADO
CINTHIA GABRIELA BORGES
CRISTINA NASCIMENTO DE MELO
DANIEL LUIS DALBERTO
DEBORAH DUPRAT
EDMUNDO ANTÔNIO DIAS
ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
EMERSON KALIF SIQUEIRA

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

FABIANA KEYLLA SCHNEIDER
FELIPE ALMEIDA BOGADO LEITE
FELIPE AUGUSTO DE BARROS C. PINTO
FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA
FERNANDO MERLOTO SOAVE
GUSTAVO KENNER ALCÂNTARA
JOÃO AKIRA OMOTO
JORGE IRAJÁ LOURO SODRÉ
JÚLIO JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR
LÍVIA NASCIMENTO TINÔCO
LUCAS HORTA DE ALMEIDA
LUCIANO MARIZ MAIA
MARCELO FREIRE LAGE
MÁRCIO BARRA LIMA
MARCO ANTONIO GHANNAGE BARBOSA
MARCUS VINICIUS AGUIAR MACEDO
MARIA BEATRIZ RIBEIRO GONÇALVES
MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS
MARIA LUIZA GRABNER
MAURO CICHOWSKI DOS SANTOS
NATÁLIA LOURENÇO SOARES
PAULA CRISTINE BELLOTTI
PEDRO MELO POUCHAIN RIBEIRO
REGINALDO PEREIRA TRINDADE
RICARDO GRALHA MASSIA
THAÍS SANTI
WALQUÍRIA IMAMURA PICOLLI
WILSON ROCHA ASSIS

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Júlio Araújo Júnior.

Indígena é baleada em ataque e lideranças estão com medo, afirma Cimi

SÍTIO O ESTADO ON LINE, 09.12.2014

Lideranças Guarani e Kaiowá afirmam terem recebido ligação do proprietário de uma fazenda anunciando um novo ataque contra os indígenas na terra indígena Tey'Juçu, em Caarapó, 268 quilômetros de Campo Grande. Na tarde de anteontem (8), a comunidade já havia sido atacada por um grupo armado, e uma jovem indígena de 17 anos foi baleada.

Conforme relataram os indígenas ao Cimi (Conselho Indigenista Missionário), por volta das 16h30 de ontem, o grupo armado chegou à terra e cercou os barracos improvisados. Durante o ataque, a jovem Julia Venezuela Almeida Guarani Kaiowá, 17, teria sido atingida por um dos tiros desferidos pelo grupo.

A liderança Otoniel Guarani Kaiowá relatou que mais ou menos 40 veículos chegaram para o ataque. "No meio da poeira eu vi o corpo da guria ser arrastado e jogado na caçamba de uma das caminhonetes, que partiu em alta velocidade. Desde então ela está desaparecida e acho que morta", afirmou.

Os indígenas dizem ainda não aceitar nenhuma quantia para sair de Tey'Juçu, de onde os Kaiowá e Guarani foram expulsos há algumas décadas, mas retomaram.



Indígenas denunciaram que foram atacados por grupo armado (foto: Reprodução/Cimi)



Indígenas protestam após justiça declarar tribo inexistente em Santarém

SÍTIO GLOBO.COM, 09.12.2014

*Manifestantes queimaram a sentença divulgada no dia 3 de dezembro.
Ato começou na Praça dos Três Poderes e seguiu até a sede da justiça.*

Um ato público em protesto a decisão da justiça federal que declarou inexistente a tribo Maró na Gleba Nova Olinda, foi realizado na manhã desta terça-feira (9), em Santarém, oeste do Pará. Em sinal de repúdio e pacificamente, os manifestantes queimaram a sentença divulgada no dia 3 de dezembro.

No documento de 106 laudas, o juiz federal Airton Portela, da 2ª Vara da subseção do município concluiu que a área que abrange a terra supostamente habitada pela tribo Borari-Arapium, é formada por populações tradicionais ribeirinhas, e não por índios.

A manifestação iniciou na Praça dos Três Poderes e seguiu em caminhada até a sede da justiça federal em Santarém. Com faixas, cartazes e com os corpos pintados com frases como: "Eu existo", que manifestam a indignação contra a decisão, os indígenas afirmam que só querem preservar as suas terras. "Queremos mostrar o quanto ele feriu a constituição federal, o quanto ele pisou na constituição federal, (...) Hoje a Gleba Nova Olinda é uma área de atuação de empresas madeireiras, e está saindo muita madeira lá de dentro, e além dessa decisão, desse enfrentamento que temos com os madeireiros, também estamos enfrentando agora este juiz, por ter tomado essa decisão negativa e preconceituosa contra os povos indígenas", defendeu o cacique Borari, Odair Borari.

O juiz sustentou na sentença que antropólogos e organizações não-governamentais induziram parte das populações tradicionais da área a pedir o reconhecimento formal de que pertenceriam a grupos indígenas. Diante desta declaração, acadêmicos e professores do curso de Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) se uniram aos indígenas em sinal de repúdio.

A equipe de reportagem da TV Tapajós tentou conversar com o juiz que concluiu a sentença judicial, mas ele não está na cidade. O diretor da vara responsável pelo processo, disse que os indígenas seriam recebidos e adiantou que o órgão respeita a manifestação, desde que seja pacífica. Os representantes indígenas tem o prazo de até 30 dias para recorrer da decisão.



Figueiró reclama novamente de descaso sobre questão indígena em MS

SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 09.12.2014

“Até quando os produtores rurais de Mato Grosso do Sul terão de esperar pelas providências do governo federal a respeito do conflito de terras no Estado?”, questionou Figueiró em discurso proferido no Plenário do Senado nesta segunda-feira (8).

O senador voltou à tribuna para reclamar da leniência e do descaso do governo federal em relação ao tema. Recentemente, nova invasão de terras produtivas por indígenas deixou a população em alerta. Índios terenas invadiram propriedades no município de Aquidauana. Ocorre que documentos enviados ao senador por advogados de Campo Grande comprovam que as terras foram tituladas para os produtores rurais há mais de 117 anos.

O senador lembrou que em 2013, após conflitos na fazenda Buriti, no município de Sidrolândia, o ministro da Justiça prometeu solução em até 45 dias. Porém, o processo de indenização dos produtores se arrasta há um ano e meio.

Figueiró leu em Plenário a carta aberta elaborada pela Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) dirigida ao ministro José Eduardo Cardozo, pedindo providências urgentes.

“Não reconheço nele um cidadão de palavra firme para cumprir o que promete”, lamentou Figueiró a respeito do ministro Cardozo. “Reuniões inúmeras se realizaram entre os interessados indígenas e produtores rurais. Promessas de indenização e compra de terras foram protagonizadas, mas as coisas continuam na estaca zero”, criticou.



Mais da metade da população quilombola convive com a fome no Brasil

SÍTIO VIAS DE FATO, 09.12.2014

Apesar dos avanços no combate à fome, comunidades quilombolas permanecem com dificuldades para acessar os programas sociais e em situação de alta vulnerabilidade

Apesar do Brasil ter saído do mapa da fome no mundo, muitas comunidades tradicionais brasileiras localizadas em áreas de difícil acesso ainda vivem em situação de risco. O relatório divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no final de novembro revela que 55,6% dos adultos residentes em comunidades quilombolas vivem com fome ou sob o risco de inanição. A mesma realidade, embora em números um pouco menores, se reproduz na população infantil, na qual 41,1% das crianças e adolescentes quilombolas está sob esta condição. O cenário de fome não é o único problema. A pesquisa, realizada em 97 áreas, em 2011, revela grande vulnerabilidade social em outros índices como o acesso à água encanada, presente em menos da metade de domicílios, saúde e educação.

Majoritariamente compostas por negros, as comunidades quilombolas surgiram entre os séculos 16 e 19 durante escravidão, quando os quilombos eram refúgios de escravos fugidos da violência e da opressão de seus senhores. Com medo de serem recapturados, os escravos se forçaram a viver isolados, em regiões de difícil acesso, e de maneira autossuficiente. A lógica do isolamento prosseguiu depois da abolição da escravidão, quando muitos quilombos optaram por permanecer como povoados, e segue até hoje. Foi apenas com a Constituição Federal de 1988 que os moradores dos quilombos se transformaram em quilombolas e foram reconhecidos como comunidades tradicionais, com direito à propriedade e ao uso da terra ocupada.

Hoje, 2.431 comunidades quilombolas estão homologadas pelo governo federal. O número é três vezes maior do que o reconhecido até 2003. Ainda estão à espera da decisão federal outras 330 comunidades e mais 21 estão para ser oficializadas.

A homologação da terra pelo governo, contudo, não garante a melhoria da qualidade de vida dentro das áreas quilombolas. Segundo o levantamento do MDS, mais de 60% das lideranças quilombolas afirmam que não ocorreram alterações positivas em relação à infraestrutura de água e esgoto após a titulação do território. Além disso, constatou-se que apenas 5% dos domicílios tinham acesso a esgoto sanitário e menos de uma em cada dez casas contava com coleta de lixo.

Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, diz que a melhora dos indicadores é uma corrida contra o relógio. "Os levantamentos do gênero começaram em 2003, antes não

CONT.



se sabia nem quem era quilombola. Desde então, houve uma reunião de esforços políticos e institucionais para se reconhecer áreas quilombolas e levantar suas demandas com o Programa Brasil Quilombola”, conta.

O Programa Brasil Quilombola envolve 23 ministérios e órgãos federais para garantir o acesso à terra e melhorar as condições de vida nas comunidades, entre outras ações. Faz parte do programa o atendimento das comunidades por programas sociais, como o Bolsa Família. A pesquisa do MDS, no entanto, indica que ainda existe dificuldade logística para acessar o programa de transferência de renda. De acordo com os dados, em 2011, apenas 61% dos domicílios contavam com o Bolsa Família, sendo que outras três em cada dez casa eram ajudadas com cestas básicas distribuídas por diferentes entidades. Ao todo, 45% da população quilombola na época vivia com até 70 reais ao mês. “A marginalização da população negra e quilombola no Brasil é algo histórico, diretamente ligado à discriminação e ao racismo. Equipá-los agora com programas de infraestrutura e transferência de renda é uma reparação histórica urgente”, argumenta Reis.

Além da pobreza, a pesquisa também revelou que não há agentes comunitários de saúde em 15% das comunidades visitadas. Em áreas como as regiões quilombolas, os agentes de saúde são considerados pelo Ministério da Saúde como a forma de assistência médica primária – sem eles não há nenhuma assistência de saúde para os moradores.

Isolamento e pobreza

A solução, segundo Reis, passa obrigatoriamente por aprofundar as relações entre o governo federal e os estados e municípios. “Muitas das áreas quilombolas se encontram em rincões de pobreza no País. A situação precária em que elas estão deve ser analisada considerando o entorno”, diz. Este é o caso de Ana Emília Moreira Santos, 53 anos, da comunidade Quilombo Matões dos Moreira, situada próximo ao município de Codó, no Maranhão.

Entre as cidades brasileiras, Codó se posiciona nas últimas posições do ranking que mede a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, o chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado pelas Nações Unidas (ONU). Entre os 5.565 municípios brasileiros, Codó está na 4.255ª posição.

Mais grave é a situação dentro da comunidade de Ana Santos, que está em processo de certificação e ainda reproduz as mesmas mazelas notadas na pesquisa de 2011. “A água aqui não presta. É salgada e não serve para lavar, beber ou banhar. Só presta para regar as plantas”, conta. O gosto salgado deve-se à alta concentração de calcário no poço artesiano de onde a água é extraída. “Água pra beber é só a do caximbão [nome dado ao poço cavado manualmente]”, completa.

O Quilombo Matões dos Moreira fica a 58 quilômetros de distância de Codó. Não há estrada que ligue a comunidade ao município, o que contribui para seu isolamento e vulnerabilidade social. “Carro mesmo só entra uma vez por semana e no verão. No inverno [temporada de chuva], só saímos de barco, depois de atravessar 6 quilômetros de lama a pé, até chegar na MA [estrada estadual] e daí pegar um pau-de-arara [caminhonete improvisada para o

CONT.



transporte de pessoas]”, conta Ana Santos. Para ela, isso impede que os moradores mais pobres da comunidade façam o cadastro único do governo federal e tenham direito ao Bolsa Família. “Nós vivemos do que a agricultura familiar nos dá e quem é mais pobre não tem condições. Temos que quebrar coco, colher babaçu ou vender galinhas e peixes para conseguir uma renda extra que pague a passagem para a cidade”, diz. “Se tivesse a estrada, ao menos, seria mais fácil, mas a impressão que dá é que eles querem que continuemos assim abastalhados para não reclamarmos de nada”, completa.

Outro problema é o descaso das prefeituras. De acordo com a pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social, uma em cada cinco prefeituras demonstrou desinteresse ou recusa em deslocar um agente social para cadastrar comunidades quilombolas no Cadastro Único, a base do pagamento do Bolsa Família. Em face disso, o governo espera que essas questões junto aos municípios sejam superadas nos próximos quatro anos.

Apesar dos obstáculos, o Quilombo Matões dos Moreira tem acumulado vitórias. “Vencemos uma disputa por terra na Justiça, no ano passado, e agora finalmente teremos nossa terra demarcada pelo Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária]. Agora temos duas escolas de alternância na comunidade, o que permite que as crianças estudem metade do mês na comunidade e a outra metade na cidade. E também conseguimos o dinheiro federal para construir a estrada há dois anos, agora só falta a prefeitura fazer o que ainda não fez”, relata Santos.

O atraso nas obras que atendem comunidades quilombolas é algo comum no Brasil. Segundo Alexandro Reis, da Fundação Palmares, muitos municípios usam verba destinada a comunidades tradicionais, como os quilombolas, para outras obras que não as beneficiam. “Isso ainda é visto no País, mas o governo federal tem cobrado mais os governos e estados para garantir que o dinheiro tenha a destinação correta”, afirma. Hoje, apenas a Fundação Palmares, que presta assistência aos quilombolas, conta com um orçamento de 13 milhões de reais por ano.

Para Reis, programas federais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida têm melhorado a qualidade de vida nas comunidades e gerado renda. Ainda assim, é necessário articular melhor as ações e o diálogo com as cidades. “Após o relatório, o governo fez buscas ativas em comunidades de difícil acesso para cadastrar os moradores no programas”, conta. “Investimento e acompanhamento não faltam. O que falta agora é estabelecer um plano de metas claro para os quilombolas e um maior envolvimento com os municípios, que muitas vezes negligenciam as comunidades”, completa.

Em entrevista concedida para a CartaCapital, a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, admitiu a dificuldade do governo em acessar as comunidades quilombolas, muitas vezes isoladas, e prometeu políticas públicas específicas para atendê-las. “Estamos fazendo políticas específicas. Desenvolvemos estratégias de busca ativa diferenciadas para indígenas, quilombolas e população de rua, na tentativa de incluí-los nos programas sociais do governo federal”, afirma. Segundo Campello, o MDS também investiu na contratação de assistência técnica específica para quilombolas a fim de garantir o desenvolvimento das comunidades sem desrespeitar suas culturas tradicionais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

Hoje, as regiões quilombolas com maior vulnerabilidade se encontram no Baixo Amazonas, seguidas pelo Nordeste Paraense e o Norte do Maranhão, onde está o quilombo de Ana Emília Santos.

Fonte: Carta Capital



SAÚDE INDÍGENA: Cerca de 660 mil pessoas recebem atendimento básico de saúde nas aldeias brasileiras

SÍTIO AGÊNCIA DO RÁDIO, 09.12.2014

REPÓRTER: Atualmente, mais de 600 mil pessoas recebem atendimento à saúde nos 34 distritos especiais indígenas no país. São médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos de enfermagem e agentes indígenas de saúde que levam assistência básica de saúde às aldeias brasileiras. O secretário da secretaria especial de saúde indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves, explica as ações de saúde realizadas nos distritos indígenas.

SONORA: secretário da secretaria especial de saúde indígena do Ministério da Saúde - Antônio Alves

"Além da imunização, atendimento do pré-natal, nós fazemos o primeiro atendimento das doenças que são menos graves, acompanhamos as pessoas que tem pressão alta, se tem alguém com diabetes, nós fazemos esse acompanhamento na própria aldeia. Quando nossas equipes atendem um indígena cujo agravo não pode ser tratado lá na aldeia, nós transportamos esse cidadão indígena para uma estrutura que nós chamamos de CASAI, essa casa de saúde indígena presta cuidados de enfermagem durante 24 horas para aquele que está doente e geralmente para o seu acompanhante, que muitas vezes é a própria família".

REPÓRTER: Outra ação importante no cuidado à saúde indígena foi a chegada dos profissionais do programa Mais Médicos às aldeias, como explica o coordenador do distrito sanitário especial indígena de Pernambuco, Antônio Fernando da Silva.

SONORA: coordenador do distrito sanitário especial indígena de Pernambuco - Antônio Fernando da Silva

"O Mais Médicos têm construído significativamente para essa garantia da Atenção Básica. Hoje com a estruturação da própria SESAI, a contratação dos profissionais de saúde, a melhoria dos postos de saúde, vem contribuindo significativamente com a melhoria da Atenção Básica dentro das áreas indígenas. Você resolver o problema dentro da própria aldeia, onde o índio mora, isso é um ganho muito significativo".

REPÓRTER: De acordo com o Ministério da Saúde, o atendimento das equipes da Atenção Básica nas aldeias brasileiras reduziu o número de casos de encaminhamentos para os hospitais das cidades de referência próximas às comunidades indígenas. Para saber mais sobre saúde indígena, acesse o site do Ministério da Saúde: www.saude.gov.br

Reportagem, Karina Chagas



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

Educação do Campo, Indígena e Quilombola

SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 09.12.2014

Na período de 08 e 09/12/2014, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará, por meio da CODEA/Diversidade e Inclusão Educacional está realizando o II Encontro da Educação do Campo, Indígena e Quilombola: "Políticas, Culturas e Identidades".

O Encontro tem por objetivo: promover uma ampla discussão sobre políticas, culturas, identidades e gestão para a educação do campo, indígena e quilombola em diálogo com os movimentos sociais, instituições governamentais e não governamentais.

Estão presentes no Encontro, secretários municipais de educação, coordenadores e técnicos das CREDE, gestores e professores das escolas estaduais do campo, quilombolas e indígenas, representantes dos Movimentos Sociais do Campo, Indígena e Quilombola, de Instituições Públicas de Ensino Superior do Ceará, do Conselho Estadual de Educação – CEE, da União dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME, do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Ceará – UNDIME-CE.

As mesas redondas, de alto nível, tem trazido uma riqueza de debate ímpar para o "Futuro que Queremos". Parabéns aos organizadores!

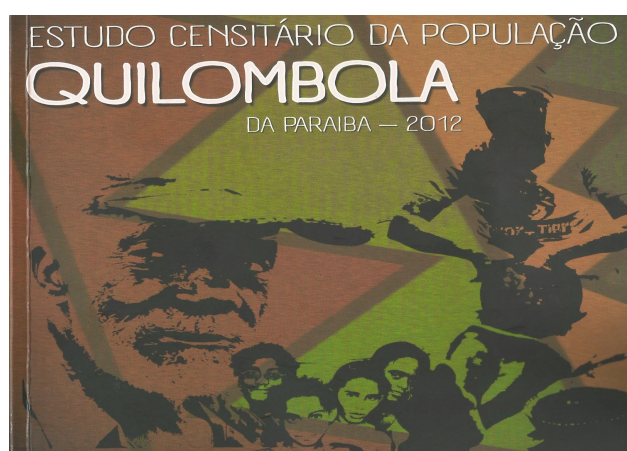


Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

Estudo Censitário das Comunidades quilombolas da Paraíba

SÍTIO QUILOMBOS DA PARAÍBA, 09.12.2014



Hoje, 9 de dezembro de 2014 foram apresentados na sede do Cooperar, os primeiros dados do Estudo Censitário das comunidades quilombolas da Paraíba, realizado pela Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes - AACADE com o patrocínio do Banco Mundial, do Cooperar e do Governo da Paraíba.

O Censo quilombola 2012 foi realizado em 38 comunidades quilombolas da Paraíba, com o objetivo de levantar a situação socioeconômica deste segmento. Foram

Identificadas as suas características e como vivem com a finalidade de fornecer as entidades públicas e privadas um banco de dados que sirvam como base para uma intervenção efetiva na solução dos problemas destas comunidades na aplicação do Programa Brasil Quilombola. Foi uma coleta de dados sistemática e aprofundada. Foram usados os parâmetros censitários do IBGE com um afinamento de algumas categorias específicas mais pertinentes a esta realidade.

O resultado foi além das previsões e tem-se a partir de agora um retrato da realidade dos Quilombos da Paraíba. Os objetivos que nos propusemos alcançar por meio do censo foram atingidos. A realidade das comunidades aparece detalhada em todos seus aspectos, problemas, demandas, desafios e espera por uma resposta.

Este censo é fruto de um trabalho que envolveu todas as 38 comunidades quilombolas. Foram entrevistadas 1.905 famílias, coletadas para análise 190 amostras de águas, foram contratados 50 recenseadores das próprias comunidades, realizados 150 acompanhamentos de supervisão em campo com equipes de 02 supervisores por comunidade, uma equipe com 10 digitadores e um ano de trabalho.

Destacamos alguns macros resultados que constituem o coração da pesquisa.

Um dado significativo que aparece na variável das características da população quilombola é o da média de idade de 27,8 anos (a media nacional do Censo 2010 é de 31,3). Este dado evidencia a necessidade de investimento de políticas e programas para a população jovem, que não vem sendo atendida devidamente.

CONT.



Na área de educação somente 44,8% das famílias são beneficiadas por algum programa oficial federal. Esta é uma área que denuncia carências dramáticas em todos os âmbitos a começar pela taxa de analfabetismo que é de 30,7%. No Brasil essa mesma taxa é de 9,0% e na Paraíba 17,5%).

No âmbito social o grande problema é o desemprego que atinge 57,1% das famílias (94,7% no Alto Sertão). Única medida governamental para amenizar esta situação dramática é o Bolsa Família (74,1%).

Os dados do Déficit Habitacional merecem atenção, seja no que diz respeito ao déficit de moradia básica (441casas/domicílios) como pela inadequação das casas que caracteriza sobretudo os domicílios urbanos (dos 280 domicílios particulares urbanos, 194 (69,3%) é inadequado.

No tocante a saúde, se de um lado tem uma boa presença dos Agentes de Saúde, por outro lado somente o 49,4% da população é atendido pelo Programa Saúde da Família – PSF.

Um dos maiores problemas que afetam a qualidade de vida dos quilombos é a ausência de banheiro em muitas casas (34,8%). A grande maioria das moradias (95,6%), incluídas as que tem banheiro não possui sanitário. O escoadouro dos domicílios é predominantemente ligado a fossa rudimentar (38,8%) e a destinação final do esgoto mais frequente entre os domicílios recenseados é a céu aberto (58,1%). O sistema público de coleta de lixo não existe para 82,7% dos moradores. A grande maioria das famílias que não é atendida pelo sistema público de coleta de lixo usa a queima ou joga no terreno próximo a sua residência ou em terreno baldio.

A forma predominante de abastecimentos de água dos domicílios particulares permanentes quilombolas é por meio de poço ou nascente (cacimba) (46,7%) e açude (11,7%). Quanto à origem da água para beber a predominância é de poço ou nascente (32,2%). É expressivo o uso de cisterna/tanque (33,1%). Na zona rural é frequente o abastecimento através de caminhão pipa (16,2%) Os resultados das análises microbiológicas são preocupantes. Dentre as 76 análises realizadas, apenas seis amostras apresentaram ausência de Coliformes Totais e Coliformes Termo tolerantes em 100ml da amostra, conforme exige a Portaria nº 2914 do Ministério da Saúde.

Merece atenção a situação econômica. O Critério de Classificação Econômica Brasil indica que as comunidades quilombolas paraibanas são formadas por famílias de baixo poder de compra, com 75,9% situadas nas classes D e E. Se agregarmos a estas as famílias da classe C2 esse índice alcança a quase totalidade dos domicílios pesquisados (94,1%). Ficou também evidenciado o baixo nível de rendimentos monetários da população quilombola. Praticamente um quarto (24,9%) desta população recenseada encontrava-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais).

No que diz respeito a Segurança alimentar os resultados obtidos indicam a prevalência da Insegurança Alimentar (IA) para as comunidades quilombolas recenseadas (63,7%). Os

CONT.



resultados obtidos dos gradientes de EBIA através do Estudo Censitário da População Quilombola na Paraíba apresentam valores bem maiores de Insegurança Alimentar que os apresentados pelo levantamento suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009 sobre Segurança Alimentar, realizado pelo IBGE.

As principais atividades econômicas identificadas nas comunidades recenseadas foram a agricultura de subsistência (40,9% – 780 famílias) e a pecuária de pequeno porte (30,8% – 586 famílias), ambas mais frequentes nas áreas rurais. A falta de território suficiente para sobrevivência dessas comunidades rurais é um problema que caracteriza a quase totalidade dos quilombos (só uma comunidade teve seu território delimitado). Este problema condiciona o desenvolvimento econômico com base na agricultura/pecuária. No censo as comunidades falam de possuir um território se entendendo com isso o lugar onde fica a comunidade e que de fato é da comunidade na maioria das vezes. Mas este território não permite desenvolver a agricultura por ser restrito a pouco mais do terreno ao redor das casas. Os quilombolas plantam em terra alheia, perpetuando a dependência e a submissão. Esse desafio deve ser enfrentado pelos órgãos de estado competentes para garantir a existência e a sobrevivência das comunidades.

Enfim, a quantidade e a qualidade dos dados coletados e analisados no Censo Quilombola 2012 apresentam um quadro dramático desafiador e ao mesmo tempo oferecem uma base de indicadores que constituem uma referência para a efetivação de políticas públicas à serem implementadas nos próximos anos nas comunidades quilombolas.

O povo quilombola da Paraíba, nos últimos 10 anos se impõe com força no cenário do estado e o censo manifesta por meio de dados científicos a quase ausência de respostas do poder público. O povo quilombola até faz pouco tempo ficou esquecido, apagado do cenário do estado. Estes problemas dramáticos se arrastam há muitos anos, desde que o sistema escravocrata relegou o povo quilombola a mera mão de obra explorada, sem direitos e sem visibilidade. Se impõe a urgência do resgate da cidadania deste povo.

O conjunto de políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas representa, para estas populações, a possibilidade de alcançarem a condição de cidadania que lhes vem sendo negada ao longo da história. O acesso a estas políticas e ao direito conferido pelo artigo 68 do ADCT, no entanto, não se dá sem disputas. E embora sejam muitos os entraves para a efetivação do direito constitucional à terra e à preservação de sua história e cultura, as comunidades quilombolas da Paraíba precisam continuar resistindo e lutando para que as promessas contidas no texto legal sejam efetivamente cumpridas e para que suas realidades sejam de fato, transformadas. (Quilombos da Paraíba, 2013).

Nada mais pode justificar a ausência ou inércia do poder público em todos os seus níveis: Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras, Ministérios, Secretarias e Entidades.



Índios cercam homem em trator e roubam 100 litros de diesel em Dourados
SÍTIO FÁTIMA NEWS, 10.12.2014

Um grupo de 15 indígenas roubou na tarde de domingo (7), aproximadamente 100 litros de diesel do trator de um mecânico de 35 anos, que trafegava no local conhecido como Curral de Arame, Zona Rural de Dourados.

O caso foi registrado na terça-feira (9) e segundo a vítima, a abordagem ocorreu próximo à propriedade rural a qual prestava serviço.

Conforme o boletim de ocorrência, ele tentou deixar o local com o trator, porém, foi impedido, fugindo a pé. Horas depois, ao retornar com policiais militares à região do fato, conseguiu recuperar o maquinário agrícola, porém, sem o combustível.

A ação foi denunciada como roubo no 1º Distrito Policial e o proprietário da fazenda diz que não houve qualquer tipo de invasão por parte de indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

ÍNDIOS TAMBÉM DEVEM SER PRESOS EM OPERAÇÃO DA PF EM RONDÔNIA

SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 10.12.2014

Pelo menos dois índios devem ser presos durante a Operação Mesclado, que a Polícia Federal realiza em várias cidades rondonienses nesta quarta-feira, com o objetivo de desarticular quadrilha especializada em extração ilegal de madeira e falsificação de documentação com fins de exploração ambiental. De acordo com informações obtidas pelo RONDONIAGORA, são 11 os mandados de prisão preventiva que devem ser cumpridos nas cidades de Alto Alegre dos Parecis, Cacoal, Pimenta Bueno e Espigão do Oeste. A ação envolve ainda o IBAMA e conta com cerca de 120 agentes federais.

Além de madeiras e escritórios de contabilidade a Operação devassa residências, empresas de investigados e até mesmo ocas.

UNIRON forma o primeiro indígena advogado de Rondônia
SÍTIO CEDEFES, 10.12.2014



O indígena Rubens Naraikoe Suruí, é o primeiro a se formar no curso de direito em Rondônia. Há quatro anos, Rubens que é da etnia Surui resolveu ingressar no curso de Direito. Outros indígenas da mesma etnia se matricularam em cursos como Administração e Economia, inclusive se formaram no ano passado, como foi o caso de Rodrigo Surui. A tese de graduação foi defendida por Rubens ontem a noite na Faculdade Uniron abordou do ponto de vista jurídico o "Sistema de Governança Paiter Suruí". Fizeram parte da banca duas professoras, além da orientadora de Rubens Carina Cledes.

A apresentação exigiu concentração por parte do formando e foi acompanhada de perto também por Ivaneide Bandeira, que também orientou Rubens Surui nesta jornada pela faculdade. Neidinha, como é conhecida, é uma das referências no Estado na área indígena. A Kanindé, organização criada por Ivaneide, trabalha há muitos anos junto ao povo Suruí e ajudou os indígenas a instituírem o sistema de governança dos Suruí, que conta com um Parlamento Paiter Suruí. " Nós precisávamos de novas estratégias de diálogo com a realidade sociopolítica existente e com a política desenvolvimentista do país, de modo que garantissem a sobrevivência física e espiritual e salvaguardassem o território demarcado." enfatizou Rubens em seu trabalho que recebeu nota dez da banca examinadora.

Com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e da Associação Kanindé, os Paiter Suruí realizaram em 2000 o Diagnóstico Participativo e o Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Suruí para um período de 20 anos. "Os Suruí estão bem adiante do seu tempo e com planejamento vão longe, explica Ivaneide Bandeira. O Plano de Gestão tem como objetivo implementar o Programa Paiterey para a gestão ambiental e territorial, estabelecendo procedimentos e diretrizes para o encaminhamento das demandas socioculturais, de forma a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

permitir condições para o uso responsável dos recursos naturais, gerando os benefícios necessários, a valorização da cultura, a geração de rendas e a conservação do meio ambiente, baseado em subprogramas temáticos.

Fonte: Comunica Kaninde



PEC 215: Câmara noticia reunião como adiada; ruralistas remarcam para as 16hs; no protesto, ela fica para o dia 16
SÍTIO CEDEFES, 10.12.2014

A notícia abaixo foi divulgada às 10:48h desta manhã pela Agência Câmara e mantida ao longo da tarde. Só que, por volta das 15 horas, a bomba explodiu: os ruralistas e demais defensores da PEC 215 haviam na verdade remarcado a reunião para as 16 horas, no Plenário 11.

A notícia abaixo foi divulgada às 10:48h desta manhã pela Agência Câmara e mantida ao longo da tarde. Só que, por volta das 15 horas, a bomba explodiu: os ruralistas e demais defensores da PEC 215 haviam na verdade remarcado a reunião para as 16 horas, no Plenário 11.

Celulares, sms, redes sociais, tudo começou a funcionar alucinadamente, inclusive porque as notícias eram contraditórias, e quem buscava confirmação no site onde qualquer dúvida deveria poder ser tirada (o da Câmara) se deparava com a mesma informação da manhã: reunião cancelada.

Quem foi para o Congresso descobriu ainda mais: encontrou o acesso ao Anexo 2 interditado, com a desculpa de que o Plenário estaria lotado.

Na sala da famigerada Comissão Especial, diversos indígenas e parceiros de luta protestavam. Por volta das 17 horas, alguns deputados aliados chegaram e engrossaram as vozes contrárias à votação duplamente vergonhosa (inconstitucional e armada de forma traiçoeira). Finalmente, já praticamente 18 horas, a reunião foi adiada para o dia 16 às 14 horas.

Mas é fundamental continuarmos tod@s alertas: #PEC215NAO!

*Com informações de Oiara Bonilla, Henyo Barretto e ainda outras retiradas do twitter da Bancada Verde. Abaixo, a notícia da Câmara, que ainda continua no site, às 18:21h.

Novamente adiada votação de parecer sobre demarcação de terras indígenas

Agência Câmara Notícias

Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em 2012, a polêmica proposta, que tramita há 14 anos na Câmara dos Deputados, ainda precisa ser votada pela comissão especial e pelo Plenário.

A comissão especial que analisa a proposta (PEC 215/00) que submete ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de áreas indígenas cancelou novamente a votação do parecer do relator, deputado Osmar Serraglio (PDMB-PR). A votação também já havia sido adiada na semana passada.

CONT.



Na última quinta-feira, 50 indígenas dos povos Apinajé, Krahô, Kanela do Tocantins, Xerente, Krahô Kanela e Karajá de Xambioá, todos do estado do Tocantins, fizeram um protesto na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, contra a PEC.

A presidente Dilma Rousseff também é contra o texto, apoiado pela bancada do agronegócio.

A bancada do PV divulgou nota nesta sexta-feira criticando a PEC. "Se a proposta for aprovada, as demarcações ficarão, na prática, inviabilizadas e o agronegócio avançará sobre as terras indígenas. Os povos tradicionais não terão mais direito às suas terras. Ocorrerá um recrudescimento dos conflitos e da violência no campo. Do ponto de vista ambiental, os danos serão enormes, com mais florestas devastadas, mais veneno lançado na natureza, menos rios e menos biodiversidade", diz a nota do partido.

Relatório

Serraglio apresentou substitutivo à proposta no último dia 19, no qual prevê que a demarcação das terras indígenas seja feita por lei aprovada no Congresso Nacional, e não mais por meio de decreto do Poder Executivo.

O texto original, do ex-deputado Almir Sá, inclui a demarcação de terras indígenas entre as atribuições exclusivas do Congresso. Já no substitutivo o relator determina que a demarcação seja feita por meio de lei de iniciativa privativa do presidente da República. "Ao prever a demarcação das terras indígenas por lei, e não por decreto, o substitutivo enseja maior segurança jurídica", disse Serraglio.

Sancionada a lei, o Executivo deverá demarcar administrativamente a área, por meio da fixação de marcos limítrofes.

Requisitos para demarcação

Hoje a Constituição estabelece que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

O substitutivo deixa claro que serão consideradas terras dos índios apenas aqueles que atendiam a esses requisitos simultaneamente em 5 de outubro de 1988.

A comissão ainda não marcou outra data para votar o parecer de Serraglio.

Fonte: Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental



Encontro reúne diferentes etnias indígenas no sudeste do Pará

SÍTIO GLOBO.COM, 10.12.2014

Programação reuniu 15 etnias indígenas de três estados do Brasil. Meia maratona, cantos e danças foram algumas das atrações.

Um encontro indígena realizado em Bom Jesus do Tocantins, sudeste do Pará, reuniu 15 diferentes etnias indígenas de três estados do Brasil. O objetivo é integrar os povos através do esporte e da cultura tradicional.

“Nós queremos dar continuidade para nossos filhos e netos reviverem essa história, manter viva a tradição, tanto nós, quanto as crianças e as mulheres. Queremos mostrar e fazer presente no dia de hoje”, explica o líder indígena, Kater Parkatejê.

No encontro, esportes e tradições culturais indígenas foram realizadas como a corrida de toras, onde os índios carregam nas costas toras de madeira com cerca de 40 quilos e percorrem uma distância de mais de mil metros. Para os participantes, é uma demonstração de força, agilidade e trabalho em equipe. A programação teve ainda a meia maratona, cantos e danças.

O vencedor da corrida contou da sua experiência em outras competições. “Eu participo também de jogos indígenas, já participei em Fortaleza, Paragominas, São Paulo e aqui é a terceira vez que eu estou participando”, conta o índio Felipe Kane.

A ocasião foi um momento importante também para as crianças, que segundo a tradição indígena alcançam o maior título ao chegar à adolescência, fase que é marcada na tribo pela perfuração dos lábios.

“Isso é muito importante porque é a nossa cultura, é um costume de muito tempo dos nossos antepassados, tem que ser mantido vivo,” afirma o líder Xankprati Parkatejê.



MESCLADO - Polícia Federal combate extração ilegal de madeiras em terras indígenas
SÍTIO CHINA RADIO INTERNACIONAL, 10.12.2014

A Polícia Federal deflagrou na data de hoje, 10/12, em conjunto com o Ibama, a operação Mesclado na região do Cone Sul de Rondônia com o objetivo de reprimir a exploração ilegal de madeiras na Terra Indígena denominada Mequéns.

Estão sendo cumpridos 66 mandados judiciais expedidos pela Justiça Federal de Ji-Paraná-RO, sendo 10 de prisão preventiva, 1 de prisão temporária, 23 de busca e apreensão, 17 de conduções coercitivas, 22 ordens de interrupção de atividades de empresas madeireiras, além de medidas de sequestros de bens imóveis avaliados no montante aproximado de R\$ 7 milhões e 500 mil reais.

Os mandados estão sendo cumpridos em 10 municípios da Região do Cone Sul do Estado, em razão da ampla atuação da Organização Criminosa investigada, que se beneficiava de extração ilícita de madeira da Terra Indígena Mequéns "esquentadas" por meio de fraudes em Planos de Manejos.

O dano ambiental decorrente da extração ilegal das madeiras está calculado no valor aproximado de R\$ 500 milhões de reais.

O esquema contava com a conivência e participação de lideranças da Terra Indígena MEQUÊNS, em razão de se beneficiarem financeiramente com a extração de madeiras.

Durante as investigações foram identificados cinco núcleos dentro da Organização Criminosa, além das lideranças indígenas da etnia SACURAIABE, sendo eles: laranjas, detentores dos planos de manejo, madeireiros, consultores ambientais, exploradores e transportadores de madeira.

Será realizada coletiva de imprensa às 10 h no Posto da Polícia Federal da cidade de Pimenta Bueno.

*Mesclado nome dado em razão do conflito de interesses indígenas.

Fonte: Rondoniaovivo - Com informações e nota da PF



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

Veículo fura bloqueio indígena em Bom Jardim

SÍTIO IMIRANTE.COM/IMPERATRIZ, 10.12.2014

O motorista avançou sobre a barreira, em alta velocidade.

IMPERATRIZ - Na manhã dessa terça-feira (9), um veículo da marca Volvo furou o bloqueio feito índios na BR-316. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o condutor trafegava em alta velocidade pela rodovia e colocou em risco a vida dos manifestantes e da própria polícia.

O motorista foi conduzido à Delegacia de Polícia Civil de Santa Inês por se enquadrar no artigo 311º do Código de Trânsito Brasileiro, trafegando em velocidade incompatível onde havia grande concentração de pessoas, gerando perigo à elas.

O bloqueio

Os índios estão protestando contra a aprovação da PEC 215 pelo Congresso Nacional, que tira da Fundação Nacional do Índio (Funai) o poder de demarcar as terras indígenas. O projeto de lei também prevê que indústrias farmacêuticas possam realizar experiências medicinais em territórios indígenas sem a autorização deles. O bloqueio da rodovia está previsto para terminar nesta quarta-feira (10).



Política Indigenista ruralista
SÍTIO CEDEFES, 10.12.2014

Política Indigenista ruralista, por Egon Heck

Nos idos de 1975, no auge da ditadura militar e do milagre brasileiro, o crítico e escritor Tristão de Athayde, publicou um artigo "indigenismo e antiindigenismo, em que traz elementos de análise extremamente atuais, " Como sempre, várias soluções se defrontam, algumas analógicas e outras contraditórias, entre indigenistas e antiindigenistas. A mais radical destas últimas, considera nossos índios como um anacronismo e sua defesa como um romantismo dispendioso e inútil. Seu desaparecimento deverá ser mesmo favorecido ou por bem (integração) ou por mal (extinção), pelas moléstias, pela construção de estradas ou pelas agressões dos próprios mateiros e fazendeiros locais. O progresso, para esses antiindigenistas , é um rolo compressor irreversível, exigindo a extinção dos mais fracos."(Jornal do Brasil, 6/03/1975)

Quantas vezes ouvimos esses discursos trombeteados pelas nossas elites econômicas, políticas e setores militares, acrescidos de outras pérolas mais, de teor racista e fatalista, dentre as quais "os índios atravancam o progresso", os índios são quistos sociais que devem ser erradicados, os índios na fronteira são uma ameaça à segurança e soberania nacional, os índios são um ônus para a nação...

Quantas vezes não foram os povos indígenas ultrajados, ameaçados, violentados e denegridos em sua honra e dignidade, impunemente?

Nessa semana mundial dos Direitos Humanos, na véspera da entrega do Relatório da Comissão Nacional da Verdade á Presidente Dilma, onde pela primeira vez é relatado a morte e desaparecimento de aproximadamente 8 mil indígenas dentro período examinado pela Comissão (1946 a 1988), estão em pauta no Congresso Nacional projetos de lei e emenda constitucional, como a PEC 215, que se aprovadas, tornarão as ameaças fatos, e a vida dos povos originários/indígenas estarão sob a batuta da política indigenista ruralista, do agronegócio e do latifúndio.

Estratégias do agronegócio

Neste ano de 2014 o agronegócio avançou em sua política anti-indígenas, inovando com a realização de leilão, em Campo Grande-MS, para sustentar a caixinha que banca as milícias particulares por eles contratadas. A isso se acresce a contratação de expressivo número de profissionais que vai desde antropólogos, historiadores, arqueólogos, advogados, até filósofos. São esses que constroem e garantem as fundamentações das políticas indigenistas ruralistas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

No Congresso, onde a bancada afirma ter pelo menos 240 membros, esperam acionar o rolo compressor para aprovar várias leis e projetos de emenda constitucional que garantam os interesses do agronegócio. Certamente esperam uma mãozinha do poder executivo para tornar tudo mais fácil.

Não Passarão

Se por um lado a temporada de caça aos direitos indígenas está configurada, por parte do movimento indígena existe uma esperança de mobilização pela vida e pelos direitos, baseada em suas estratégias de resistência secular, com o apoio dos espíritos guerreiros e seus deuses.

Contam também com a solidariedade de amigos no Brasil e no mundo e com o apoio das populações tradicionais e dos movimentos sociais que lutam por justiça e aprofundamento da democracia.

Brasília, 9 de dezembro de 2014

Fonte: Na Adital



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

Carta do III Encontro de Pajés

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 10.12.2014

Carta do III Encontro de Pajés realizado na Aldeia Cinta Vermelha Jundiba em Araçuaí - MG
10/12/2014

CARTA DO III ENCONTRO DE PAJÉS

Para:

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL-GV- Dra. Paula Cristine Bellotti
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FUNAI /MG-ES - Thiago Henrique Fiorotti
FEDERAÇÃO QUILOMBOLA
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ.
ALMG – Comissão de Direitos Humanos / Comissão de Participação Popular / Frente
Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial
AMEFA – Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas
FORUM DO VALE
CARITAS
Deputado Federal Leonardo Monteiro
IFNMG-Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
CIMOS-Mucuri
CIMOS-Almenara
FVJM-Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
IFNMG-Instituto Federal do Norte de Minas Gerais-Araçuaí

Nos dias 05, 06 e 07 de Dezembro de 2014 estiveram reunidos no III Encontro dos Pajés, na Aldeia Cinta Vermelha – Jundiba, Município de Araçuaí – MG, lideranças e pajés indígenas dos povos Pankararu, Pataxó, Pataxó da Aldeia Gerú Tukunã, Povo Krenak –Aldeia Atorã, com entidades e órgãos: FUNAI, IFNMG/Araçuaí, CPP/ALMG, DSEI/MG/ES, Segurança Alimentar / Universidade Ryerson Toronto/CANADA, AMEJE – Associação dos municípios do Médio Jequitinhonha, UFVJM/EIV – Estágio Intercultural de Vivência, UNL-Universidade Federal de São João Del Rei, e movimentos sociais organizados (Fênix – Instituto de Pesquisa Educação e Assessoria, Caritas Diocesana, Movimento de Atingidos por Barragens-MAB, Levante da Juventude, Coral Trovadores do Vale, Coral de Nossa Senhora do Rosário, 3 crianças do Coral “Cantando na Escola”, da Escola Estadual Artur Berganholi, Escola Estadual, Industrial São José, Escola Estadual Leopoldo Pereira, Polo de Saúde Indígenas, Representante da Federação Quilombola de Minas, Associação Mineira das Escolas Família Agrícola, Escola Agro Ecológica de Araçuaí, para a partir da compreensão dos Pajés e lideranças e comunidades indígenas presentes, debater sobre as Mudanças Climáticas e a Questão da Água nos vários territórios e as perspectivas de futuro.

CONT.



Durante o Encontro discutimos como as Mudanças Climáticas vem afetando a realidade das Comunidades Tradicionais, com destaque para os Territórios Indígenas. Dialogamos sobre os principais impactos causados pelos projetos sustentados pelo monocultivo de eucalipto, a pecuária extensiva, grandes projetos de hidrelétricas e barragens, ação depredadora das mineradoras, a contaminação da água, do solo e dos alimentos por agrotóxicos.

Diante dessa situação, seguem abaixo as principais bandeiras e reivindicações dos Pajés e demais participantes do III Encontro de Pajés:

- A demarcação do Território da Aldeia Cinta Vermelha-Jundiba, município de Araquai, considerando que o Laudo Antropológico, foi entregue em Fevereiro de 2014 para a CGIRD/FUNAI, para análise, deferimento e publicação;
- A Regularização como Território Indígena do Parque do Rio Correntes, onde está localizada a Aldeia Geru-Tukunã, do povo Pataxó, no município de Açucena – MG, já protocolado na FUNAI;
- A investigação e intervenção DO ESTADO nos licenciamentos ambientais de empresas que já estão explorando minério e monocultivo de eucalipto, para a SUSPENSÃO DOS CONTRATOS DE PLANTIO DO EUCALIPTO e de mineração QUE VEM PROVOCANDO A DESTRUIÇÃO DA BIODIVERSIDADE DA REGIÃO AMEÇANDO A VIDA DA POPULAÇÃO, E REQUERENDO AS DEVIDAS AÇÕES PARA A RECUPERAÇÃO DAS AREAS DEPREDADAS PELAS EMPRESAS DE MINERAÇÃO E EUCALIPTOS.
- A intervenção do Ministério Público contra o “minerioduto” que será construído desde o município de Grão Mogol (MG) até porto de Ilhéus (BA) bem como um estudo prévio dos impactos do mesmo sobre mais de 10 municípios e suas populações, acatando a proposta dos Movimentos Sociais constante na Carta Compromisso apresentada ao Governo do Estado de Minas Gerais, em Araquai, em 2014..
- A promoção do diálogo com devida informação á população, movimentos sociais e organizações representativas sobre os efeitos e consequências da implantação do “mineroduto” e outros empreendimentos, conforme prevê a Convenção 169 da OIT;
- A intervenção do Ministério Público para garantir a proibição do uso indiscriminado de agrotóxico em nossas regiões, principalmente por via aérea;
- Cumprimento das Leis Ambientais que exige a proteção e recuperação de nascentes em todo o Estado;
- A reestruturação do ATER (Assistência Técnica Rural) ou criação de órgão similar para atender as comunidades indígenas;
- A disponibilização das terras devolutas dos territórios localizados na área do Vale do Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce e Norte de Minas para comunidades tradicionais e povos indígenas;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

- A fiscalização e os devidos cuidados com os Parques Estaduais de Preservação Ambiental como Parque Estadual do Rio Doce, Parque do Caparaó, Parque das Sempre-Vivas, Serra Geral e Serra do Brigadeiro;
- A permanência das comunidades tradicionais dentro e/ou no entorno das Unidades de Preservação com o programa de manejo sustentável;
- A reabertura dos trabalhos do GT para ampliação do território do povo Krenak, município de Resplendor;
- A realização de um inventário, preservação e recuperação das grutas com arte rupestre e sítios arqueológicos nos municípios de Almenara, Comercinho, Diamantina, Itinga, Itaobim, Medina, Pedra Azul, Resplendor, São Gonçalo do Rio Preto, Conceição do Mato Dentro que estão sendo atingidas e ou ameaçadas pela ação das Empresas de Mineração;
- Criação do GT para estudo, identificação e demarcação do território indígena Mocuriñ no município de Campanário – MG;
- A ampliação do território indígena Maxakali nos municípios de Teófilo Otoni, Ladainha, Bertópolis e Santa Helena de Minas;
- A estadualização da APA da Chapada do Lagoão, município de Araçuaí;
- Fortalecimento do Comitê de Bacias do Rio Araçuaí;
- O levantamento das formas de violência cometidas contra os povos indígenas de Minas Gerais, durante a Ditadura Militar, conforme o pleito encaminhado à Comissão da Verdade;
- Cumprimento da Lei 11.645 e 10.649 que exigem o ensino nas redes públicas e privadas, em todos os níveis de escolaridade, de conteúdos relativos às culturas indígenas e afro-descendentes, sobretudo nas escolas do território.

Sendo assim, esperamos de Vossas Senhorias o compromisso com as pautas aqui levantadas e os devidos encaminhamentos.

Aldeia Cinta Vermelha-Jundiba, Araçuaí-MG 07 de dezembro de 2014.

[PARTICIPANTES do III Encontro de Pajés:](#)

Fonte: Geralda Soares



No AM, líderes indígenas são mortos em confronto com índios isolados

SÍTIO CELIA FONTINELE, 10.12.2014

Duas lideranças indígenas da etnia matís foram assassinadas durante conflito com índios isolados do povo korubo, na aldeia Todowak, situada na Terra Indígena (TI) Vale do Javari, que fica no extremo oeste do Amazonas e na fronteira com o Peru. O crime ocorreu na última sexta-feira (5), mas o caso só foi confirmado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) nesta terça (9). A Procuradoria da República no Amazonas recebeu denúncia e investigará o caso.

A aldeia fica às margens do rio Coari. Segundo a Funai, não tem como, por ora, atribuir um motivo ao crime. "Uma série de fatores podem ter contribuído para o ataque, e é cedo para se tirar conclusões. A Funai confirma a informação e lamenta profundamente as mortes de dois indígenas da etnia matís da aldeia Todowak (Damã e Ivã Xukurutá)", informou ao G1.

A Funai divulgou que enviou os representantes da Coordenação Regional do Vale do Javari, Bruno Pereira, e da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, Beto Vargas, para a aldeia Todowak. Eles estão no local desde domingo (7), prestando apoio à comunidade e aos parentes das vítimas.

saiba mais

A Procuradoria da República em Tabatinga Ministério Público Federal (MPF)- recebeu a denúncia nesta terça-feira (9), que foi enviada por uma entidade que defende direitos indígenas através de email. Ao G1, o órgão confirmou que o caso será apurado.

Contatos recentes

Um casal e quatro crianças do povo indígena isolado korubo fez contato com uma tribo Kanamari no Rio Itaquai, na Terra Indígena Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, no Amazonas, no dia 9 de setembro deste ano. O grupo chegou a ser levado para uma base de proteção da região. Há quase 20 anos, os korubos não estabeleciam contato, de acordo com a Funai. Segundo a instituição, a região que o grupo habita é formada por uma grande quantidade de povos isolados.

Segundo a Funai, um outro grupo do povo korubo, composto por 16 pessoas, foi contatado em 1996 pela Fundação. Na época, a instituição concluiu que havia necessidade de estabelecer contato, "após sucessivos conflitos com o entorno não-indígena, que acarretaram várias mortes entre os Korubo".

A Funai informou ainda que a população contatada de 33 pessoas vive no Rio Ituí, Terra Indígena Vale do Javari. A Fundação Nacional do Índio disse que monitora outros grupos de korubos que permanecem isolados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221/ 2014

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

A instituição destacou ainda que, além de atender o grupo que manteve contato em 1996, atua na localização e monitoramento de povos indígenas isolados e na proteção territorial na Terra Indígena Vale do Javari.

O Vale do Javari abriga a maior quantidade conhecida de povos indígenas isolados do mundo. Até o momento, a instituição tem conhecimento de, pelo menos, nove grupos isolados confirmados na região. "Dois deles são korubo. O grupo que fez contato pertence a um deles", afirmou a Fundação.

Fonte: G1